

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL –  
PPGDS

TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DE RENDA: UMA ANÁLISE PARA AS  
MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS CONFORME DADOS DA PAD-MG DE  
2011

SIBELE MACEDO DE OLIVEIRA

MONTES CLAROS – MG

2013

SIBELE MACEDO DE OLIVIERA

TRANSFERÊNCIAS DIRETAS DE RENDA: UMA ANÁLISE PARA AS  
MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS CONFORME DADOS DA PAD-MG DE  
2011

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Social da Universidade  
Estadual de Montes Claros – Unimontes,  
com requisito parcial à obtenção do título  
de Mestre em Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo - Orientador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria Elizete Gonçalves - Co-orientadora

---

Prof. Dr. Murilo Cássio Xavier Fahel- Examinador

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Luciene Rodrigues - Examinadora

MONTES CLAROS – MG

2013

Oliveira, Sibebe Macedo de.

O48t

Transferências diretas de renda [manuscrito] : uma análise para as mesorregiões de Minas Gerais conforme dados da PAD-MG de 2011 / Sibebe Macedo de Oliveira. – 2013.

88 f. : il.

Bibliografia: f. 85-88.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2013.

Orientadora: Prof. Dr. Luiz Antônio de Matos Macedo.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Elizete Gonçalves.

1. Transferência de renda. 2. Bolsa família - Programas de sustentação de renda. 3. Domicílios. 4. Educação. 5. Trabalho. I. Macedo, Luiz Antônio de Matos. II. Gonçalves, Maria Elizete. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título. V. Título: Uma análise para as mesorregiões de Minas Gerais conforme dados da PAD-MG de 2011.

## DEDICATÓRIA

*Ao meu filho Arthur que amo muito,  
meu pai Domingos, minha mãe  
Cleonice, que sempre me apoiaram a  
meus irmãos Diego, Rafaela e Victor e  
demais familiares.*

## **AGRADECIMENTO**

Primeiramente agradeço a Deus, por estar sempre a ao meu lado. Aos meus pais e irmãos pelo apoio que me deram nestes anos.

A todos os professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social; e especialmente ao professor Luiz Antônio que me orientou, ajudou e esteve sempre presente para a execução deste trabalho, a Professora Maria Elizete pelo auxílio de suma importância com sua co-orientação e a Professora Luciene Rodrigues, que sempre foi presente em toda minha trajetória acadêmica e que me ensinou valores que levarei por toda minha vida.

A meus colegas de turma, aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado.

## RESUMO

A evolução das políticas públicas de caráter social tem causado nos anos mais recentes uma nova configuração na formação da renda dos domicílios. A formação da renda é um importante fator para se perceber os aspectos socioeconômicos de determinada região. Contando que para este trabalho objetiva-se perceber como acontece a distribuição de recursos provindos de transferências diretas de renda, para as doze mesorregiões de Minas Gerais, que serão apresentados conforme dados da Pesquisa por Amostra Domiciliar – PAD, da Fundação João Pinheiro - FJP. Neste sentido, são levantados os seguintes questionamentos; Como se encontra as transferências diretas de renda em relação aos domicílios das doze mesorregiões de Minas Gerais? Quais são as mesorregiões que apresentam maior dependência de transferências do governo? Qual a influência do trabalho e da educação na dependência de recursos de transferências? A diversidade regional de Minas Gerais é apontada por meio de suas características socioeconômicas e a forma em que se comportam de acordo com as variáveis ligadas a transferências direta de renda. Devido ao crescimento da participação destes programas na renda dos domicílios se torna importante o estudo de seus resultados em termos de distribuição regional e até mesmo seu impacto a nível domiciliar.

Palavras chave: Transferência de Renda, Bolsa Família, Domicílios, Educação e Trabalho

## ABSTRACT

The evolution of public social policies has caused in recent years a new configuration from the formation of the income of households. The formation of income is an important factor to realize the socioeconomic aspects of particular region. Counting that for this work we want to realize as the distribution of resources from direct income transfers, to the twelve meso-regions of Minas Gerais, which will be presented according to the survey by Domiciliary Sample-PAD. The João Pinheiro Foundation-FJP. In this sense, we'll leave the following questions; as direct income transfers to households statistical meso-regions of Minas Gerais in the Southeast region? What are the regions that present greater dependency on government transfers? What is the influence of labour and education in addiction resources for downloads? The regional diversity of Minas Gerais is pointed to by means of socio-economic characteristics and forms that behave according to the variables linked to direct income transfers. Due to the growth of the participation of these programs in the income of the households becomes important the study of its results in terms of regional distribution and even its impact at home.

Keywords: income Transfer, Bolsa Família, Homes, education and work

## LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Uma Estratégia de Desenvolvimento Social Fernando Henrique Cardoso .....	33
Figura 1: Mesorregiões do Estado de Minas Gerais.....	41
Gráfico 1: Porcentagem do PIB por mesorregião em relação ao PIB total de Minas Gerais em 2010.....	52
Gráfico 2: Taxa de alfabetização conforme as mesorregiões de Minas Gerais para o ano de 2011 .....	54
Gráfico 3: Porcentagem de pessoas chefes de família que sabem ler e escrever, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	55
Gráfico 4: Porcentagem de chefes de domicílios que trabalharam na última semana para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011 .....	57
Gráfico 6: Porcentagem de chefes de domicílios que contribuem para a previdência social nas mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011 .....	59
Gráfico 7: Valor médio* domiciliar do PBF para as mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011.....	63
Gráfico 8: Porcentagem de domicílios com PBF e com outros programas de transferência de renda para as mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011 .....	64
Gráfico 9: Diagrama de dispersão para % de chefes com o PBF e a média de anos dos chefes de domicílio, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	67
Gráfico 10: Diagrama de dispersão em relação à % de chefes com PBF e a taxa desemprego dos chefes de família, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	68



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de domicílios particulares permanentes e porcentagem por situação do domicílio, segundo as mesorregiões, Minas Gerais em 2010. ....	45
Tabela 2: Porcentagem de domicílios que possuem água canalizada em pelo menos um cômodo, energia elétrica e coleta de lixo diária pelo serviço de limpeza, para o ano de 2011 em Minas Gerais, segundo dados da PAD- MG. ....	46
Tabela 3: Domicílios particulares permanentes, por adequação da moradia, valor médio e mediano do rendimento mensal, segundo as mesorregiões de Minas Gerais – 2010.....	48
Tabela 4: Porcentagem do Valor Adicionado (VA) por setores de atividade econômica, impostos, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB <i>per capita</i> a preços correntes* para as mesorregiões de Minas Gerais em 2010. ....	50
Tabela 5: Porcentagem de chefes de domicílio em relação aos anos de trabalho até o último mês segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011 .....	58
Tabela 6: Estimativa de pessoas ocupadas, e desocupadas para a população de 10 ou mais anos de idade até 65 por mesorregião de Minas Gerais em 2011.....	60
Tabela 7: Total de domicílios, porcentagem de domicílios atendido por programas de transferência direta de renda, Valor total e médio do PBF e outros benefícios, conforme as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	62
Tabela 8: Porcentagem de chefes de com PBF, média de anos de estudo para os chefes de família, e taxa de desemprego para os chefes de domicílios que recebe PBF segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	66
Tabela 9: Percentual de domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo com e sem o PBF segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011 .....	70
Tabela 10: Domicílios com renda <i>per capita</i> menor do que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, beneficiários e não beneficiários do PBF, conforme setor censitário para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.....	71
Tabela 11: Chefes de domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> igual ou menor do que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo (beneficiários e não beneficiários do PBF) de acordo com sexo, para as mesorregiões em Minas Gerais em 2011. ....	72
Tabela 12: Porcentagem de chefes de domicílio por anos de estudo, com e sem PBF, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011 .....	73

Tabela 13: Porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, que possuem água canalizada em pelo menos um cômodo, energia elétrica e coleta de lixo diária pelo serviço de limpeza, com e sem PBF, para o ano de 2011 em Minas Gerais. ....	74
Tabela 14: Porcentagem de domicílios que possuem televisão em cores, geladeira e computador que recebem ou não PBF para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	76
Tabela 15: Domicílios com renda <i>per capita</i> de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo de acordo com a origem da sua renda total para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011 .....	78
Tabela 16: Participação da renda do trabalho na renda total dos domicílios com renda <i>per capita</i> igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	79
Tabela 17: Porcentagem de domicílios com renda <i>per capita</i> de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, segundo a participação da renda do PBF na renda total para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.....	80
Tabela 18: Valor médio da fração da renda total do domicílio, em porcentagem, de acordo com a sua fonte para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011. ....	81

## LISTA DE SIGLAS

AJ- Agente Jovem

BPC- Benefício de Prestação Continuada

BSM- Plano Brasil sem Miséria

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializada de Assistência Social

FJP- Fundação João Pinheiro

IAPs- Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHm- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPCA- Índice de Preços ao Consumidos Acumulado

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate a Fome

OMS- Organização Mundial da Saúde

PAD- Pesquisa por Amostra Domiciliar

PBF- Programa Bolsa Família

PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

PNUD- Programa Nacional das Nações Unidas

SPSS- *Statistical Package for the Social Sciences*

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

VA- Valor Adicionado

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
I- POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS .....	18
1.1 Políticas públicas.....	18
1.2 Políticas sociais e suas origens.....	19
1.3 Estado de Bem-Estar Social .....	21
1.4 Reconhecimento e redistribuição .....	23
1.5 Desigualdades e Pobreza.....	25
CAPÍTULO II .....	28
POLÍTICAS SOCIAIS O BRASIL.....	28
2.1 Políticas Sociais no Brasil.....	28
2.2 Desenvolvimento e políticas públicas no Estado brasileiro .....	30
2.3 Normatização das Políticas Sociais no Brasil .....	32
2.4 Programas de transferência direta de renda.....	35
2.5 Distribuição e Formação da Renda Domiciliar .....	38
CAPÍTULO III.....	41
DEPENDÊNCIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA SEGUNDO AS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS .....	41
3.1 Caracterização socioeconômica das Mesorregiões de Minas Gerais .....	44
3.2 - Educação, trabalho e transferência de renda para as mesorregiões de Minas Gerais. ....	53
3.2.1 Educação segundo as mesorregiões de Minas Gerais .....	53
3.2.2 Mercado de trabalho conforme as mesorregiões de Minas Gerais.....	56
3.3 - Participação das Transferências diretas por mesorregiões em Minas Gerais.....	62
3.3.1 Relação entre transferências direta de renda, trabalho e educação.....	65
3.4 - Perfil do chefe de domicílio com renda domiciliar <i>per capita</i> até ¼ de salário mínimo	68

3.4.1- Formação da renda para os domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> e até ¼ de salário mínimo .....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
REFERÊNCIAS .....	86

## INTRODUÇÃO

A formação da renda é um importante fator para se perceber os aspectos socioeconômicos de determinada região. Tendo como alvo a distribuição de recursos provindos de transferências diretas de renda, para as doze mesorregiões de Minas Gerais, este trabalho conta com os dados da Pesquisa por Amostra Domiciliar - PAD, da Fundação João Pinheiro - FJP. Neste sentido, as questões motivadoras deste trabalho são; Como se encontra as transferências diretas de renda em relação aos domicílios das doze mesorregiões de Minas Gerais? Quais são as mesorregiões que apresentam maior dependência de transferências do governo? Qual a influência do trabalho e da educação na dependência de recursos de transferências?

Em termos de objetivos, este estudo tem o objetivo geral de verificar em Minas Gerais quais são as mesorregiões que apresentam maior dependência de recursos de transferências direta e como objetivos específicos: apresentar as principais teorias em relação às políticas sociais, perceber como surgem os primeiros programas de transferência direta de renda no país, verificar a formação da renda juntamente com os aspectos socioeconômicos que envolvem essas mesorregiões, realizar uma comparação entre as mesorregiões para com o intuito de se apreender a participação das transferências do governo na formação da sua renda domiciliar, e também destacar alguns aspectos relacionados ao trabalho e a educação relacionando com as transferências diretas de renda.

A dependência de recursos provindos de transferências do governo se dá em maior quantidade em relação ao número de domicílios atendidos e em volume de recursos em mesorregiões mais pobre. Duas importantes variáveis que determinam a dependência de transferências do governo são: a educação e também o trabalho, já que se pressupõe que mais educação tenha como resultado maior renda e o acesso ao mercado de trabalho também é importante na geração da renda do domicílio. Estas são as principais hipóteses levantadas neste trabalho.

Ao pensar na formação da renda domiciliar, as políticas públicas são vistas como instrumento que exerce grande influência sobre essa formação. O Estado tem importante papel em relação ao desenvolvimento de determinada região, para este trabalho concordando com o estudo da Hofling (2001, pg. 31) o Estado será considerado

com o conjunto de instituições permanente que possibilitam a ação do governo. E para a autora Governo vem a ser conjunto de programas e projetos que parte da sociedade e são propostos para a sociedade como um todo, configurando a orientação política de um determinado governo que assume as funções do Estado por um determinado tempo. O Estado pode ser visto como todo o arcabouço institucional enquanto que o governo pode ser visto como o dispositivo em que se utiliza essa estrutura para implantação de programas.

As políticas públicas são vistas como meio para efetivar normas e diretrizes que implicam na aplicação e destino de recursos públicos. No nível municipal percebe-se a grande influência que estes recursos podem exercer sobre a economia local. Neste nível a política pública, tem como característica marcante o fato de ser usada principalmente como meio de exercer o poder perante a sociedade (TEIXEIRA, 2002, pg. 2).

No Brasil, as políticas públicas implantadas inicialmente tem uma forte característica, são políticas orientadas para o interesse do capital. O Estado brasileiro usou todo seu arcabouço para a promoção do crescimento econômico, deste modo o Estado assume parte da responsabilidade produtiva investido em setores produtivos que exigiam maiores desembolso de recursos. Ou seja, as políticas públicas do Estado eram utilizadas como meio de promover o desenvolvimento, sendo que, da década de trinta até os anos oitenta o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento e estava associado ao aumento da capacidade produtiva, investia-se e estimulava a industrialização. Indicando que nesse momento o desenvolvimento estava muito associado ao conceito de crescimento econômico (BACELAR, 2003, pg.1).

Os primeiros movimentos em relação a políticas sociais de transferência direta de renda acontecem no segundo governo de Fernando Henrique, mas só ganham maior destaque com a implantação do Fome Zero programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Dentro destas novas políticas, as de efeito imediato são as políticas de transferências direta de renda. Sendo que para este trabalho e destaque dado ao Programa Bolsa Família - PBF, como principal programa de transferência direta de renda.

As políticas sociais de transferência direta de renda tem hoje grande importância na formação da renda familiar principalmente as que se encontram em

estado de pobreza ou extrema pobreza<sup>1</sup>. Como este trabalho analisa as doze mesorregiões por meio dessa abrangência evidencia-se as disparidades existentes dentro do estado destacando as mesorregiões nas quais políticas de desenvolvimento devem ser implantadas para que haja uma redução da dependência em relação a transferências diretas de renda.

A PAD-MG visa captar informações que permitam conhecer a população mineira em suas diversas mesorregiões. A pesquisa aborda múltiplos aspectos da vida social e econômica dos indivíduos tais como características domiciliares, educação, inserção no mercado de trabalho, rendimento, saúde e hábitos de vida saudável, entre outros. A PAD-MG foi idealizada com o objetivo de produzir informações regionalizadas capazes de contribuir com o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

Com os dados da PAD-MG permite-se conhecer melhor a população, no que se refere a sua posição na sociedade e também o acompanhamento e avaliação de políticas públicas, possibilitando um aperfeiçoamento do processo de alocação dos recursos públicos.

Conforme informações da Fundação João Pinheiro – FJP a principal referência para o desenvolvimento da PAD-MG foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2005 e 2007, especialmente, e seu suplemento de saúde de 2003. De forma complementar, para determinadas seções, foram utilizados como referência o questionário Avaliação de Impacto do Programa PBF - PBF 2005 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS), a Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003 e a Munic<sup>2</sup> 2005 (IBGE), o Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis 2003 da Organização Mundial de Saúde (OMS).

A pesquisa é amostral e domiciliar e possui representatividade regional para as 12 mesorregiões<sup>3</sup> do estado, para as dez mesorregiões de planejamento e também para as mesorregiões urbanas e rurais do estado e do Grande Norte (regiões de

---

<sup>1</sup> Para o Banco Mundial são consideradas pessoas em extrema pobreza as que sobrevivem com menos de um dólar por dia e pobreza moderada as pessoas que sobrevivem com valores entre um e dois dólares.

<sup>2</sup> Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE

<sup>3</sup> Metropolitana, Central, Oeste, Vertentes, Zona da Mata, Sul/Sudoeste, Triângulo, Alto Paranaíba, Noroeste, Norte e Jequitinhonha.



planejamento Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Rio Doce, em conjunto). Em 2009 a amostra foi composta por 18 mil domicílios distribuídos em 308 municípios do estado. Em 2011, com aprimoramentos implementados no processo de amostragem, houve um espalhamento maior da amostra e os 18 mil domicílios foram distribuídos por 428 municípios.

O estado de Minas Gerais apresenta grande diversidade regional, contando com isso este trabalho tem como um dos seus principais pontos de análise verificar o montante de recursos repassados por meio de transferências direta de renda aos domicílios, com base na amostra da PAD-MG, para a percepção da diferença entre as mesorregiões em relação ao volume de recursos provindos de transferências governamentais.

As variáveis utilizadas neste trabalho são as que caracterizam os domicílios, acesso a serviços públicos, acesso a bens de consumo e também em relação aos repasses de recursos obtidos por meio de transferência direta de renda.

Deste modo, o objeto de pesquisa deste trabalho está delimitado em relação às mesorregiões de Minas Gerais tendo como principal base a PAD 2011, e como dados auxiliar o Censo Demográfico 2010.

Em termos pormenorizados esta análise será feita inicialmente em cima do total de domicílios de cada mesorregião. Em um segundo momento foi feito um filtro considerando a renda per capita domiciliar, de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Este valor foi definido com base no critério de renda para o acesso ao PBF, desta forma considera-se os domicílios que estariam aptos ao PBF com base no critério renda.

Com o objetivo de entender quais as são as variáveis que exerce maior influencia em relação ao chefe de domicílio atendido ou não pelo PBF, correlacionando os, o percentual de domicílios atendidos pelo PBF, com a média de anos de estudo bem como a taxa de desemprego.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos sendo que o primeiro traz uma discussão teórica a respeito de políticas públicas e sociais, o segundo capítulo traz uma análise do cenário brasileiro como foi à construção das políticas publicas mostrando uma evolução desde as primeiras políticas implantadas até os dias atuais. O terceiro capítulo trata-se da parte empírica do trabalho, no qual contendo uma caracterização das mesorregiões de Minas Gerais e também uma análise da correlação das transferências diretas de renda com trabalho e educação.

## **CAPÍTULO I**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS**

Após a revolução industrial principalmente no continente europeu percebe-se a necessidade do Estado criar novos dispositivos para atender a parcela da população que não tinha acesso a serviços como saúde, educação e até mesmo a moradia e alimentação. Neste momento surge o modelo do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) é o Estado agindo como promotor de políticas públicas proporcionando a população melhoras nas suas condições de vida. Isso acontece em um período em que a população vivia quase que a própria sorte sem nenhum auxílio do governo. O governo passa então a exercer seu papel social.

Este modelo se desenvolve de forma diferente, sendo duas formas: o modelo beveridgiano e o bismarckiano. Este capítulo traz a evolução destes modelos e também a apresentação dos conceitos de políticas públicas e social, relacionando os com outros conceitos como distribuição, reconhecimento e desigualdade.

#### **1.1 Políticas públicas**

Quando se fala em políticas públicas o que se pensa inicialmente que estas são usadas pelos governos para sanarem as necessidades da sociedade. Conforme Teixeira (2002, pg. 2) as políticas públicas são vistas como diretrizes que serve para nortear o poder público em relação as suas ações, desta forma ele as veem como regras e procedimentos que vão intermediar a relação entre o Estado e os atores da sociedade.

Com a forma de elaboração dessas políticas se percebe o Estado exercendo seu poder em todas as etapas desde a elaboração até os resultados, e esse poder exercido, é o poder político, que determina a alocação de tais políticas. Ocasionalmente ocorre uma disputa de poder. Dentro dessa disputa em relação à implantação das políticas públicas as instituições são mediadoras juntamente com a sociedade civil que vem

participando progressivamente na elaboração de tais políticas. (TEIXEIRA, 2002, pg. 2).

A criação das políticas públicas geralmente vem, e no caso do Brasil pode-se dizer que esse é um movimento recente, das pressões da sociedade civil para atender os setores não atendidos dentro da sociedade.

Quando se fala em políticas públicas uma classificação se torna necessária. Essa classificação foi feita tendo como base o trabalho da Kehrig (2006, pg. 105). As políticas públicas podem ser definidas de acordo com sua natureza, ou seja, elas podem ser estruturais interferindo em relações estruturais da sociedade como renda e emprego. Podem ser conjunturais as quais interferem em um processo atual da sociedade para amenizar uma situação que pode ser temporária. Outra característica das políticas públicas é a segmentação, em relação ao público alvo, tem políticas que são universalizantes atinge a todos, podem ser estratificadas em relação a gênero, raça idade e também podem ser fragmentadas que são destinadas a um determinado grupo dentro de um segmento.

Outro aspecto considerado em relação às políticas públicas diz respeito aos seus resultados, o impacto que elas podem causar na sociedade. Segundo Teixeira (2002, pg. 3) as políticas públicas podem ser distributivas visando distribuir benefícios individuais, redistributivas alternando a distribuição de recursos entre grupos sociais e regulatórias definindo regras para atender os interesses gerais da sociedade.

## **1.2 Políticas sociais e suas origens**

As políticas de proteção social têm sua origem no continente europeu. Segundo Boshetti (2009, pg. 2), os primeiros movimentos neste sentido aconteceram na Alemanha no final do século XIX, durante o Governo de Otto Von Bismarck, o Estado alemão cria essas políticas em resposta à pressão da classe trabalhadora. Assim surge o modelo bismarckiano, no qual os direitos a seguridade social estão vinculados ao mercado de trabalho. Os trabalhadores passam a ter acesso às políticas públicas condicionadas a contribuição prévia. Com esta configuração este modelo atende apenas uma parcela da população a que se encontra inserida no mercado de trabalho. A classe

trabalhadora passa a ser coberta em relação a alguns problemas enfrentados pela sociedade, ao passo que os que não se encontram no mercado de trabalho não tem acesso às políticas de proteção social. Direitos como aposentadoria, saúde e educação ficam condicionados a apenas uma parcela da população, a assalariada contribuinte.

As políticas econômicas que vigoravam durante o período de implantação do modelo bismarckiano tinham como principal orientação o modelo liberal, e para os pensadores desta corrente os governos teriam que atuar na sociedade com o objetivo de garantir a segurança, a propriedade privada e garantir os contratos, a ideia de Estado mínimo.

Em um segundo momento durante a Segunda Guerra, surge um novo modelo em termos de políticas de proteção social. O Beveridgiano que tem como principal característica a inclusão de todos com esse modelo há uma universalização dos direitos, ao contrário do que imperava no modelo bismarckiano que limitava esses direitos à classe trabalhadora.

Em outro contexto econômico e político, durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1942, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge, que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do *welfare state*. No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. (BOSHETTI, 2009, pg. 2).

No modelo Beveridgiano o custeio da seguridade social deixa de ser individualizado e a responsabilidade passa a ser de todos já que a manutenção deste é feita por meios dos impostos. Conforme Zirmmermann (2008, pg. 2), a ampliação dos direitos para além do mundo do trabalho ocorreu via uma maior intervenção do Estado, sendo que os programas de renda mínima constituíram um dos pilares dos direitos sociais.

O modelo o beveridgiano surge e em um período no qual as ideias liberais já haviam caído por terra com a crise de 1929. Após esse evento a teoria que passa a vigorar é a keynesiana que tem por característica a intervenção do governo na economia, substituindo assim a ideia de Estado mínimo por um Estado atuante e com responsabilidades perante a sociedade. Desse momento em diante a ideia do *Welfare*

*State*, se sobressai nos países Europeus e também na América do Norte. Medeiros (2001, pg. 6), mostra que o *Welfare State*, que é entendido como a mobilização em larga escala do aparelho de Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população.

### 1.3 Estado de Bem-Estar Social

O *Welfare State* promove um aumento de renda para a população pobre, o que faz com que a economia tenha um aumento de demanda, já que essas pessoas passam a ter maior acesso ao consumo de bens e serviços, o que provoca por sua vez um aumento dos lucros dos capitalistas e foge das crises cíclicas do modelo capitalista conforme os preceitos da teoria keynesiana.

O trecho a seguir de Medeiros (2001, pg. 7) mostra que *Welfare State* surge como resposta às pressões da sociedade em relação ao Estado, para que este possa assumir de forma mais efetiva os problemas enfrentados pela sociedade, esse modelo surge com a organização e pressão social.

Além de instrumento de política macroeconômica, o *Welfare State* é também um mecanismo de regulação política da sociedade. A partir do momento em que a negociação coletiva dos níveis salariais e das condições de trabalho se generaliza na sociedade, o processo de barganha entre capitalistas e trabalhadores passa a ser tratado como assunto público. Assim, o crescimento da organização política dos trabalhadores faz que o Estado passe a incluir na agenda política nacional os interesses dos trabalhadores organizados. (MEDEIROS, 2001 pg. 7)

Em seu estudo Fiori (1997, pg. 134) analisa de vários trabalhos e identifica quatro grandes pilastras sobre as quais se assentaram a viabilidade e o sucesso dos *Welfare* contemporâneos: para a primeira pilastra, o autor considera os fatores materiais ou econômicos como generalização do paradigma fordista, existência de um consenso em relação a valores do crescimento e do alcance do pleno emprego e também das políticas keynesianas, além da manutenção de um ritmo de crescimento econômico

e como resultado obteve-se ganhos fiscais que foram alocados por políticas socialmente orientadas mesmo em governos que não fossem socialdemocratas.

Na segunda o autor evidencia que o ambiente criado pelo acordo de *Bretton Woods*<sup>4</sup>. A terceira é constituída pelo clima de solidariedade nacional que se instala no pós-guerra tanto do lado dos países vencedores bem como dos países que saíram perdendo. E a partir de então passa a vigorar uma nova ordem no mundo com a bipolarização, com duas propostas distintas de organização social e econômica, mas que criam estímulos ou receios para se consolidar as convicções socialmente orientadas.

A quarta e última destaca o desenvolvimento democrático e o poder participativo da população como pontos importantes para esse desenvolvimento, conforme o trecho.

A quarta, constituída pelo avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais – onde de fato pode-se falar de *welfare* –, permitiu que a concorrência eleitoral aumentasse o peso e a importância das reivindicações dos trabalhadores – e dos seus sindicatos e partidos – e dos demais setores sociais interessados no desenvolvimento dos sistemas de *welfare states*. (FIORI, 1997, pg. 134)

O desenvolvimento do *Welfare State* pelo mundo é diversificado e envolve muitas questões em torno desse novo modelo. São muitos os trabalhos que buscam explicar esse “movimento” em diversas partes e em momentos diferentes. Em se tratando de momentos diferentes as análises também vão se aprimorando em busca de melhor entender deste processo como aponta Arretche (1995, pg. 2).

Assim, os trabalhos datados da década de 50 e 60, baseados fortemente no indicador "volume do gasto social" deram lugar na década de 80 a análise mais sofisticadas, nas quais distintos indicadores relativos à "forma e natureza deste gasto" permitem uma abordagem teórica qualitativamente superior do fenômeno a ser estudado. A sofisticação da abordagem do fenômeno implicou maior sofisticação na explicação das razões de sua existência. (ARRETCHÉ, 1995, pg. 2)

Pensando o *Welfare State*, do momento em que surge e até do contexto que propiciou seu desenvolvimento, pode se apontar crescimento das políticas sociais

---

<sup>4</sup> Conferência realizada nos Estados Unidos, em 1944 que estabeleceu regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. (CARVALHO, 2004, pg. 51)

como resultado dos incrementos do processo de industrialização, e a industrialização por sua vez com seus ganhos que permite que os Estado possa então investir na criação de políticas sociais que garantam condições mínimas de vida aos indivíduos.

Neste sentido o desenvolvimento das políticas sociais são justificadas no capital. Arretche (1995, pg.21) diz que é certo que todas as despesas estatais têm este caráter, responder às necessidades do capital, seja para garantir diretamente a acumulação, via capital social, seja para corrigir os efeitos sociais da acumulação de capital, via despesas sociais. As políticas sociais assumem o papel ajustar os efeitos negativos da acumulação funcionando como garantidora do bom funcionamento do sistema capitalista já que uma acumulação desordenada coloca o sistema em crise. Sendo assim o Estado tem um papel importante que é o da distribuição dos recursos.

#### **1.4 Reconhecimento e redistribuição**

O entendimento de questões ligadas ao reconhecimento social e também a distribuição são tratadas inicialmente a partir da teoria de reconhecimento social de Honneth um pesquisador que dá continuidade ao pensamento crítico da escola de Frankfurt em seu trabalho “Luta por Reconhecimento: a gramática dos conflitos morais”. O trabalho de Honneth é construído com referencia nos escritos de Hegel e também Mead. E conforme Ravagnani (2009, pg. 39) Honneth busca em Hegel principalmente seus conceitos de reconhecimento, intersubjetividade e conflito.

Reconhecimento segundo Honneth (2003), esta centrado nas noções sociológicas, principalmente na luta travada entre os sujeitos ou até mesmo grupos para que se possa alcançar este reconhecimento perante a sociedade. Observando o trecho destacando estas lutas que produzem mudanças dentro da estrutura da sociedade. E esse tipo de movimento demonstra, mesmo que não tão explícito dentro dele, uma ampliação de direitos já que as pessoas buscam ser reconhecidas para garantir sua participação dentro da estrutura social.

São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a

transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, pg. 156).

A busca por reconhecimento vem a resultar em importantes transformações dentro da sociedade, quando o indivíduo busca seu reconhecimento perante aos outros e este é recíproco, isso o proporciona meios de tornar suas subjetividades uma expressão social. Sendo assim, o processo de individuação pode ser visto como uma maneira de intensificar os meios de reconhecimento (HONNETH, 2003, pg. 156).

As desigualdades existentes dentro de uma sociedade servem como impulsionadoras para que a luta por reconhecimento seja estabelecida. Quando percebem que estão sendo lesados em relação aos seus direitos os indivíduos buscam modos de terem acesso ao que lhes foram negados ou até mesmo retirados. Para (Honneth, 2003, pg. 224) toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito lhe revele e se torne o motivo da resistência política.

Outra posição do reconhecimento é a crítica realizada pela norte americana Nanci Fraser, ao introduzir a noção de redistribuição as discussões.

Logo no início de seu artigo intitulado “Reconhecimento sem ética?” a autora destaca a divisão dos debates da política em dois campos. Sendo o primeiro, o da redistribuição, baseado em organizações mais igualitárias, os defensores deste campo buscam uma divisão mais justa de recursos e bens. O segundo campo o do reconhecimento que apoia em uma nova sociedade na qual as diferenças são mais “aceitas”. O primeiro grupo acredita na distribuição das riquezas e o segundo busca o reconhecimento das minorias frente a sociedade (FRASER, 2007, pg. 101, 102).

Mas estes dois campos não devem estar dissociados e sim deve se buscar uma maneira de integrá-los. Como mostra a autora no trecho.

Justiça, hoje, requer *tanto* redistribuição *quanto* reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. Sustento que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto às reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, pg. 103).



A integração destes dois campos em uma sociedade pode vir a ser um ponto no qual se percebe certo “equilíbrio”, que a autora chama de justiça.

Ao tratar reconhecimento Nancy Fraser (2007, pg. 107) o propõe como uma questão de status social. Nesta perspectiva, a autora o chama de modelo de status o que exige reconhecimento não é a identidade de um grupo, e sim a condição dos membros como companheiros integrais na interação social. O não reconhecimento, conseqüentemente, não significa restrição e alteração da identidade de grupo. Ao contrário, ele significa subordinação social no sentido de ser privado de participar como igual na vida social.

### **1.5 Desigualdades e Pobreza**

As lutas por reconhecimento são travadas dentro do sistema social para que as desigualdades sejam afirmadas ou em outros momentos para que estas sejam superadas e se tenha uma maior igualdade. Pode parecer paradoxal esta afirmação, mas no caso das minorias há uma luta por um reconhecimento perante uma sociedade que às vezes não os percebem ou até mesmo os ignoram. Já esta outra vertente apoiada no conceito de redistribuição, a luta tem com objetivo para que se possa alcançar uma maior equidade no que tange, por exemplo, a distribuição de recursos em uma sociedade.

Sen (2008, pg. 147) apresenta um conceito diferenciado de se avaliar a desigualdade ele chama atenção que para o modo de avaliação da desigualdade, que deve se levar em conta tanto a pluralidade de espaços nos quais a desigualdade pode ser apreciada como a diversidade dos indivíduos. Ao comparar pessoas deve-se perceber que as vantagens e desvantagens comparativas se dão em diferentes perspectivas. Sendo assim avaliar a desigualdade depende de quais são os espaços em que a igualdade será avaliada.

Analisando as desigualdades tem se como propósito inicial e também algumas referências, estas análises em termos de espaço devem ser padronizadas bem

como a forma de medi-las, para melhor referência em relação à desigualdade para se comparar.

Para realizar a comparação os índices e indicadores são importantes por serem padronizados e permitirem comparar sociedades diferentes para aspectos iguais. Já em relação a outros aspectos deve-se considerar aspectos como acessibilidade, oportunidades oferecidas dentro da comunidade, liberdade dentro do grupo dentre outros.

Pensar em desigualdade de distribuição de recursos costuma-se leva mesmo que de forma muito intuitiva a pensar logo em aspectos relacionados à renda. No entanto, as desigualdades se dão em outros campos. Deste modo busca-se apontar as desigualdades com maior abrangência sem deixar de abordar a desigualdade distributiva.

Nesta linha um dos grandes temas de debate nas ciências econômicas tem sido a maneira em que os recursos são divididos dentro do sistema econômico. Esta preocupação vem desde os autores clássicos da economia em relação ao modo em que suas riquezas são divididas dentro de uma sociedade. Esta preocupação pode ser percebida no trecho de um trabalho de Hoffmann.

O crescimento econômico dos países constitui, sem dúvida, um tema central da ciência econômica, desde a obra fundamental de Adam Smith, intitulada *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, publicada em 1776. E a distribuição da renda tem sido também um tema básico das ciências sociais, inclusive da Economia. Outro economista clássico, David Ricardo, escrevendo no começo do século XIX, considerou que o principal objetivo da Economia Política (hoje denominada Ciência Econômica ou, simplesmente, Economia) era explicar a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos de capital e trabalhadores, na forma de renda, lucros e salários respectivamente. Esse problema é conhecido hoje como "distribuição funcional da renda". Enquanto nas escolas de pensamento econômico clássica e marxista há explicações distintas (embora integradas) para a determinação dos salários, dos lucros (e juros) e da renda da terra, associando cada uma dessas remunerações a diferentes classes sociais, a escola neoclássica procura unificar a explicação da remuneração dos fatores de produção com base nos conceitos de produtividade marginal e de equilíbrio de mercado. (HOFFMANN, 2001, pg. 67)

Contudo com base neste trecho de Hoffmann (2001, pg. 67), é possível perceber que os recursos são distribuídos de forma desigual já que a renda da terra, do capital é superior aos salários, mas de certo modo essa diferença concentradora, só vem

a ser contestada com os trabalhos de Marx que mostra de modo mais explícito a luta existente entre os capitalistas e os trabalhadores.

Relacionando estas duas vertentes da desigualdade e também da distribuição de recursos, percebe-se que as desigualdades são estabelecidas segundo Sen de diversos modos que não só as desigualdades de renda. Ele trabalha com o conceito de bem-estar. Mas para ele a distribuição de renda dá pouca ideia das desigualdades no bem-estar como tal, não que a distribuição não tenha relação direta, mas que há outros fatores importantes para se determinar o bem-estar (SEN, 2008, pg. 14).

Desigualdade e pobreza são dois fatores extremamente ligados, quando a desigualdade é mais alta, os mais pobres se apropriam de uma parcela menor da renda total, e, portanto, esses pobres são relativamente mais pobres que os da outra distribuição. Por isso, a focalização na distribuição de menor desigualdade total será melhor: afinal, nela a fonte investigada representará uma proporção maior da renda dos mais pobres e uma proporção menor da renda dos mais ricos (BARROS, 2007, p. 56).

O Banco Mundial define a pobreza como não ter rendimento suficiente para satisfazer as necessidades básicas humanas: alimentação adequada, água, abrigo, vestuário, saneamento, cuidados de saúde e educação. E a linha da extrema pobreza é se dá nas pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, já a linha da pobreza são as pessoas que vivem com até dois dólares dia.

O enfrentamento da pobreza e extrema pobreza é ganhou destaque nas discussões nos últimos anos. O primeiro objetivo do milênio trata deste assunto que é: Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome. Conforme dados do Programa Nacional das Nações Unidas – PNUD, o Brasil já cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015: de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008. Mesmo assim, 8,9 milhões de brasileiros ainda tinham renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia até 2008. Para se ter uma ideia do que isso representa em relação ao crescimento populacional do país, em 2008, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza era quase um quinto do observado em 1990 e pouco mais do que um terço do valor de 1995. Diversos programas governamentais estão em curso com o objetivo de alcançar essa meta.

## **CAPÍTULO II**

### **POLÍTICAS SOCIAIS O BRASIL**

Neste capítulo é feita uma apresentação das políticas sociais particularmente as que geram transferências de caráter não contributivo e como se dá o desenvolvimento dessas políticas no Brasil. O processo de evolução das políticas de transferência direta de renda no Brasil se dá lentamente até que se chegue a um modelo mais uniforme e de maior abrangência.

#### **2.1 Políticas Sociais no Brasil**

Políticas sociais são entendidas segundo Castro (2006, pg. 2), como um conjunto de programas e ações do Estado que têm como objetivo o atendimento às necessidades e direitos sociais fundamentais que envolvem vários elementos que compõem as condições básicas de vida da população, inclusive aqueles que dizem respeito à pobreza e à desigualdade. Neste sentido as políticas de transferências de renda são um importante mecanismo de redução das desigualdades dentro das políticas sociais e sua importância é destacada por Soares (2006, pg. 22).

Os programas brasileiros de transferência direta de renda à população de baixa renda são importantes porque sem eles dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade a níveis toleráveis serão possíveis dentro de um horizonte de tempo razoável. Embora estes programas seguramente não constituam uma solução única e permanente para os problemas sociais do país, não há dúvida que esses programas devem fazer parte de qualquer proposta séria de promoção de uma sociedade mais justa (SOARES, 2006, p 22).

Considerando a evolução das políticas sociais o ponto de partida é a Constituição de 1988 que pode ser vista como um divisor de águas, pois a partir dela as pessoas passam a ter maior acesso à cidadania e políticas sociais. No período anterior a

Constituição as políticas sociais abrangiam apenas a parcela da população que se encontrava inserida no mercado de trabalho. Segundo Boschetti (2006, pg. 52) os direitos previstos constitucionalmente não foram nem uniformizados e nem universalizados, o que comprova a necessidade de um tempo para a efetivação do texto constitucional. Oliveira (1999, pg. 48) acrescenta afirmando que a Constituição, faz com que os gastos sociais fiquem em contínuo crescimento, mas não trazem preocupações com a questão de sua eficiência, o que agrava, gradualmente, as condições de seu financiamento, elevando ainda mais os gastos sociais.

Mesmo com as determinações da Constituição, as ações no campo social só começam a acontecer em 1990 quando a primeira versão da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS foi vetada por Collor. Segundo Boschetti (2006, pg. 65), nesse momento não existia nenhuma grande mobilização contra o ato do presidente da República. Contudo, com o processo de *impeachment* do presidente Collor houve uma abertura política que possibilitou o diálogo entre sociedade civil e governo, sendo assim, a LOAS foi aprovada em 1993. A LOAS significou um progresso para o campo assistencial, com a divisão de responsabilidade entre as três esferas federativas (municipal estadual e federal).

A instituição da LOAS em 1993 aumenta o volume de recursos destinados às transferências governamentais (caráter não contributivo), como a aposentadoria rural, o Benefício de Prestação Continuada<sup>5</sup> (BPC). Mesmo não havendo mudanças nestes programas depois de sua implantação, quando se considera que tais benefícios são indexados ao salário mínimo, que tem aumento contínuo em termos reais desde 1994, o seu impacto distributivo potencial torna-se importante (SOARES, 2004, pg. 17).

A introdução de políticas sociais de transferência direta de renda tem origem no segundo governo de Fernando Henrique, em 1999. Sendo essas políticas requisitos importantes para uma melhor imagem do Brasil no cenário internacional, pois um país com grande parcela da população em estado de pobreza não era bem visto internacionalmente. Mas segundo Pochmann (2005, pg. 2), no segundo governo de Fernando Henrique com o fim da âncora cambial os recursos destinados para o gasto social ficaram ainda mais escassos. Se de um lado, o esforço fiscal do setor público

---

<sup>5</sup> É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos a renda *per capita* familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo (MDS).

assumiu maior centralidade na gestão da política econômica, contribuindo para evitar a ampliação do endividamento público, de outro passou a compor uma verdadeira barreira ao atendimento da dívida social do país. Dificultando a criação, implantação e até mesmo a ampliação das políticas já existentes.

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva os programas de assistência social ganham maior destaque fazendo parte desde as eleições de seu plano de governo com o programa Fome Zero (GIAMBIAGI, 2005, pg. 200). Pela primeira vez no país as políticas sociais passam a ocupar o centro das atenções governamentais.

Dentro destas novas políticas que estavam incluídas no pacote do Programa Fome Zero, as de efeito imediato são as transferências direta de renda, que produzem outro efeito: segundo Lavinias (2007, pg. 2) há um grande aumento dos gastos sociais do governo com esta política causando a falta de recursos para setores importantes como moradia e saneamento básico. O destaque em relação aos gastos fica com as transferências de caráter assistencial, sujeitas comprovação de renda, que aumentam em 50% entre 2001 e 2004, bem mais do que as previdenciárias.

## **2.2 Desenvolvimento e políticas públicas no Estado brasileiro**

As discussões em torno do conceito de desenvolvimento são amplas, no entanto, neste tópico o destaque é dado inicialmente para o desenvolvimento econômico que segundo Bresser (2006, pg. 2) os dois fatores fundamentais a determinar, diretamente, o desenvolvimento econômico são: a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional, e a capacidade de incorporação de progresso técnico à produção. O fator principal a determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista é a existência ou não de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Dentro deste conceito percebe-se que o Estado brasileiro buscou desenvolver economicamente

O Estado brasileiro tem como característica a orientação para o desenvolvimento, sendo que as políticas públicas do país também tinham esse norteador, logo o Estado comportou-se como um promotor do desenvolvimento. Com

base nisso pode se perceber por meio de um breve histórico das políticas públicas no Brasil que o mesmo demorou a incluir dentro de seu quadro de políticas públicas as políticas sociais. Pensando nas características socioeconômicas da sociedade brasileira nossa análise em termos de políticas públicas se inicia nos anos 1930, pois anterior a isso o país era baseado em uma economia rural e só nesse momento que o país começa a ter certa industrialização e maior desenvolvimento urbano.

Ao tratar da orientação das políticas desenvolvidas no Brasil dos anos trinta a Bacelar (2003, pg. 2) traz a forma em que Estado brasileiro orientou suas políticas em virtude da promoção do capital.

Essencialmente, o que caracterizava o Estado brasileiro nesse período (1920-1980) era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. Não era um Estado de Bem-Estar Social. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade. Um Estado conservador que logrou promover transformações fantásticas sem alterar a estrutura de propriedade, por exemplo. Nessa fase, o grande objetivo do Estado brasileiro era consolidar o processo de industrialização. Desde o começo do século, optou-se pela industrialização. A grande tarefa era consolidar esse processo e fazer do Brasil uma grande potência. Assim, o grande objetivo era de ordem econômica: construir uma potência intermediária no cenário mundial. O Estado desempenhava a função de promover a acumulação privada na esfera produtiva. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira. BACELAR (2003, pg. 2)

Conforme o trecho destacado pode-se perceber a quase que total orientação econômica do Estado, este tinha seu aparato todo empenhado em estar promovendo ações que levasse ao crescimento econômico do país. Não existia nesse momento uma preocupação com aspectos relacionados com a melhoria das condições de vida das pessoas.

As políticas de caráter desenvolvimentista prevalecem no cenário político brasileiro até a constituição de 1988. O texto constitucional amplia ou até mesmo cria a possibilidade da participação da sociedade nas deliberações de políticas principalmente as de caráter social. Conforme Silva (2005, pg. 374), desde a constituição a participação social tem sido reafirmada no Brasil como fundamento dos mecanismos institucionais objetivando garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Independente do sucesso desse novo modelo essa mudança pode ser vista como uma das principais inovações derivada da constituição.

A garantia de direitos sociais como educação, saúde, assistência social e trabalho foram acompanhadas deste novo modelo de elaboração de políticas com a participação de vários atores sociais em todas as etapas seja na formulação, gestão, na implementação e também no controle das políticas sociais. Essa participação da sociedade acontece por meio da formação de conselhos (SILVA, 2005, pg. 375).

### **2.3 Normatização das Políticas Sociais no Brasil**

O processo de construção do sistema brasileiro de proteção social - SBPS (daqui por diante para que não se torne repetitivo, será usada essa abreviação) acontece lentamente sendo que os primeiros movimentos surgem com a Consolidação das Leis T Trabalhistas CLT no Governo Vargas, mas o principal ponto de referencia é a constituição de 1988, pois, é a partir desse momento que se percebe o desenvolvimento de políticas sociais no país. O texto constitucional passa então a deliberar várias leis de caráter social e rompe com a normatização anterior na qual os direitos em relação ao acesso a serviços públicos eram condicionados a inserção no mercado de trabalho formal. Passando a universalizar os direitos como, por exemplo, em relação à saúde.

O SBPS inicia-se na década de trinta sendo a CLT primeiro movimento que traz garantias aos indivíduos, à criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão IAPs modelos de fundo de pensão vinculado a gênero ou categoria profissional que iniciam sua organização em 1933. Esse plano vigora até a implantação da constituição, sendo assim, neste período dos anos trinta até final da década de oitenta a proteção social no Brasil era condicionada a inserção no mercado de trabalho. A parcela da população que se encontrava as margens do mercado de trabalho contava com a filantropia, muitas vezes praticada por instituições religiosas, para ter acesso a serviços básicos que não eram ofertados pelo Estado (CARDOSO, 2005, pg. 181).

A LOAS é aprovada em dezembro de 1993, e dentro das suas deliberações esta a proteção social, aos indivíduos em risco social, a garantia de um salário mínimo sem contribuição prévia aos idosos carentes e portadores de deficiência. Essa nova postura de assistência sem contribuição prévia e sem a inserção no mercado



de trabalho traz um incremento importante à renda das famílias carentes, considerando que o valor a ser pago corresponde a um salário mínimo esses indivíduos terão um poder de compra assegurado já que o salário mínimo principalmente após a estabilização econômica do país em 1994 tem sido ajustado com valores acima da taxa de inflação.

Dando continuidade à implantação das políticas sociais o próximo ponto a ser tomado como referencia se dá no 14º mês de governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996, com o lançamento do documento intitulado “Uma Estratégia de Desenvolvimento Social”, a política social neste documento traz a importância dos direitos sociais a proteção a grupos vulneráveis da sociedade além de meios de combate a pobreza. Para melhor apreender os principais pontos deste documento, o quadro 1, demonstra suas principais determinações em relação aos objetivos, condições necessárias para que estes objetivos possam ser implantados e os desafios a serem enfrentados.

<b>Objetivos</b>	<b>Condições Necessárias</b>	<b>Desafios</b>
Garantia dos direitos sociais	Estabilidade macroeconômica	Crescimento econômico
Igualdade de oportunidades	Reforma do Estado	Geração de emprego
Proteção aos grupos vulneráveis	Retomada do crescimento econômico	Melhora na distribuição de renda
	Reestruturação dos programas sociais universais	

**Quadro 1:** Uma Estratégia de Desenvolvimento Social Fernando Henrique Cardoso

Fonte: (Draibe, 2003, pg. 74)

Se em seu primeiro governo (1994-1998) Fernando Henrique lança as ideias de uma política social, o segundo governo (1998-2002) é o momento no qual se põe em praticas a primeiras políticas sociais de transferência direta de renda sem contribuição prévia, destinada a população carente que se encontra em vulnerabilidade

social. Na campanha do segundo governo, Fernando Henrique lança um segundo documento intitulado “Avança Brasil” com características muito parecidas com o primeiro documento (Uma Estratégia para o Desenvolvimento Social), mas segundo Draibe (2003, pg. 75), existiam algumas diferenças que deveriam ser destacadas, primeiro na forma em que os programas são agrupados, por área de ação (rural ou urbano) e público alvo (crianças, mulheres, idosos) e algumas diferenças nas prioridades dentro de cada área social. Mas a principal mudança se dá nas políticas de enfrentamento da pobreza, as quais tem seu foco principal voltado para as transferências diretas de renda para as famílias pobres.

Com o desenvolvimento das políticas sociais do país surge como resultado, uma maior participação da sociedade civil dentro das políticas os conselhos ganham força e também pressionam o governo em relação as suas políticas.

O primeiro programa de transferência direta de renda a ser implantado foi o Bolsa Escola em 1995 no Distrito Federal. Este programa recebe um prêmio das Nações Unidas em 1996 e passa a ser tornar um exemplo para todo o país. E em 1998 o programa atendia a sete estados do país (Amapá, Goiás, Tocantins, Alagoas, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Acre) e quarenta e cinco municípios de São Paulo e outros nove municípios em outros estados. Mas apenas em 2001 este programa toma proporções nacionais.

Mas como Bolsa Escola atuava? Este programa promovia a transferência de renda condicionada. As criança com idade entre 6 e 15 anos e com renda *per capita* menor ou igual a R\$ 90,00 por mês recebiam por mês uma bolsa de R\$ 15,00 por filho até o terceiro filho caso todos os filhos frequentassem no mínimo 85% das aulas. E seu objetivo era incentivar as famílias pobres a enviar seus filhos para a escola e juntamente combater o trabalho infantil (TAVARES, 2003. Pg. 2).

O próximo programa a ser lançado é o Bolsa Alimentação vinculado ao Ministério da Saúde em 1998. Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) este programa visa à promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, mães amamentando seus filhos e crianças de 6 (seis) meses a 6 (seis) anos e onze meses de idade, em risco nutricional, pertencentes a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$ 90,00 per capita, mediante a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e o fomento à realização de ações básicas de saúde com enfoque predominantemente preventivo. Cada família do Programa receberá de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês, dependendo do número

de beneficiários na família. O outro programa de caráter distributivo é o Auxílio Gás vinculado ao Ministério das Minas e Energias e consistia no pagamento de R\$ 15,00 (quinze Reais) para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, para subsidiar a compra de botijões de gás.

O próximo passo dos programas de transferências direta de renda se dá no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com o lançamento do Programa Bolsa Família (PBF) que aglutina todos esses programas anteriores e os convertem em um único repasse. Conforme o MDS o PBF é um programa de transferências direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país. Um ponto importante nessa aglutinação foi à criação do MDS em 2003, pois este ministério passa a concentrar a gestão desses programas que antes era dividida em ministérios diferentes. Atualmente o PBF integra o plano Brasil sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso a serviços públicos.

Com a criação desses programas de transferências direta de renda há um impacto na renda das famílias, que passam a ter esses rendimentos inseridos na formação da sua renda domiciliar.

Para este trabalho são considerados programas de transferência direta de renda: PBF (BF), Benefício de Prestação Continuada (BCP), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Agente Jovem - AJ.

## **2.4 Programas de transferência direta de renda**

As doze mesorregiões do estado apresentam uma formação econômica e social distinta o que influencia de modo direto no desenvolvimento, e um dos fatores que mais contribuem para a dependência de recursos advindos do governo é o grau de desenvolvimento de determinada região. Pressupõe-se que mesorregiões que apresentem melhores resultados em relação a acesso a mercado de trabalho e também a educação tenham menor dependência de recursos do governo. O governo busca agir

neste sentido condicionando o acesso a tais benefícios as famílias que atendam aos requisitos como manter os filhos na escola dentre outros.

Neste sentido, é feita apresentação dos programas de transferência direta de renda que serão considerados para este trabalho.

O principal programa do governo é o **PBF** que atende maior número de pessoas. Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) as condicionalidades que funcionam como um compromisso que devem ser cumpridos pelas famílias na área de saúde e educação para que possam permanecer recebendo o benefício.

As condicionalidades em relação à educação são as seguintes:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos em estabelecimento regular de ensino
- Garantir a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa;
- Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.

Em relação à saúde as condições a serem cumpridas variam de acordo com a idade e condição do beneficiário. Para gestantes e mulheres amamentando são as seguintes:

- Inscrever-se no pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde mais próxima da residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo do Ministério da Saúde;
- Participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos:

- Levar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde;
- Levar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde.

As famílias que descumpre as condicionalidades recebem inicialmente uma advertência por escrito relembrando as do compromisso e a vinculação entre o cumprimento das condicionalidades e o recebimento do benefício.

A partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita às seguintes sanções:

- Bloqueio do benefício por 30 dias (2º descumprimento);
- Suspensão do benefício por 60 dias (3º e 4º descumprimento);
- Cancelamento da concessão do benefício (5º descumprimento).

Os valores dos benefícios pagos pelo PBF variam de R\$32 a R\$306, de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e número de gestantes e nutrizes componentes da família.

Outro programa que tem como um dos seus objetivos a transferência direta de renda para as famílias pobres é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil **PETI** e este articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil.

Conforme informações do MDS o PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças/adolescentes até 16 anos e acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Os valores variam e são pagos juntamente com o PBF no caso se famílias com rendimento mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$140 é acrescido o valor de R\$ 22 limitado a três e no caso de famílias em situação de trabalho infantil com renda mensal por pessoa superior a R\$ 140: A transferência de renda de R\$ 40 é paga para as famílias residentes nas áreas urbanas de capitais, mesorregiões metropolitanas e municípios com

mais de 250 mil habitantes. Para as famílias residentes em outros municípios ou em áreas rurais, o valor da transferência de renda é de R\$ 25.

Outro programa de transferência direta de renda que está sendo considerado para este trabalho é o Projeto **Agente Jovem** de Desenvolvimento Social e Humano, que conforme informação do MDS é compreendido como a conjugação da Bolsa Agente Jovem e da ação socioeducativa deverá promover atividades continuadas que proporcionem ao jovem, entre 15 e 17 anos, experiências práticas e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e possibilitando a compreensão sobre o mundo contemporâneo com especial ênfase sobre os aspectos da educação e do trabalho. O jovem recebe um bolsa no valor de R\$65,00.

O PETI e o Agente Jovem tem como objetivo atender a população jovem e tem suas ações diferenciadas já que o PETI combate o trabalho infantil e o Agente Jovem promovem ações de inserção dos jovens na sociedade. Outro aspecto que distingue os dois programas é a vinculação ao PBF já que o PETI tem uma relação direta enquanto o agente jovem não possui. Agora o último programa de transferência direta que será considerado para as análises realizadas neste trabalho.

O **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** foi implantado em 1992 no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência. Trata-se de um benefício individual, não vitalício e intransferível, que proporciona a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso com 65 anos ou mais e a pessoa com deficiência em qualquer idade. Para os dois casos é necessário comprovar que não possui meios de garantir o próprio sustento e nem tê-lo promovido por sua família e a renda mensal *per capita* deve ser inferior a 1/4 de salário mínimo.

## **2.5 Distribuição e Formação da Renda Domiciliar**

A renda das famílias tem variadas fontes, mas sua maior parte advém do trabalho, no entanto para este estudo considera-se também a renda provinda das

transferências do governo sendo as de caráter não contributivo e de forma direta, ou seja, transferências diretas de renda do governo.

Cacciamali (2005, pg. 7) em seu trabalho objetiva verificar a importância dos diferentes tipos de renda (trabalho, transferências pública de renda e aposentadorias) na diminuição do grau de desigualdade da renda domiciliar *per capita*. Ao analisar os micro dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - PNAD estes indicaram que a renda do trabalho é a principal responsável pela redução da desigualdade domiciliar.

Acompanhando estes princípios em seu estudo realizado para os anos de 2001 a 2004, Soares (2004, pg. 28) percebe que o mercado de trabalho pode ter um importante papel na redução da desigualdade da renda no Brasil, uma vez que seus resultados são mais sustentáveis e não oneram o governo. No entanto, se esta redução fosse provinda apenas de transferências do governo seria necessário um aumento progressivo dos gastos.

Beltrão (2005, pg.3) analisa a composição da renda da população urbana de diferentes fontes, com ênfase na renda previdenciária ao verificar a composição da renda segundo o gênero ele percebe que entre homens jovens há maior parte da renda proveniente do trabalho do que para mulheres. Para as idades mais altas os contingentes se elevam no tempo, principalmente entre as mulheres. Quanto às grandezas, estas caem entre os homens e aumentam entre as mulheres, indicando uma retração do mercado de trabalho urbano masculino e uma inserção maior da mão de obra feminina.

Neste sentido a fonte de renda mais importante para os indivíduos de ambos os sexos em idade ativa é o trabalho. Para as idades avançadas, o trabalho perde importância sendo substituído por aposentadoria no caso do homem e por aposentadoria e pensão no caso da mulher. Os aluguéis aparecem também como uma fonte importante de recursos para os dois sexos e crescente com a idade (BELTRÃO, 2005, pg. 22).

Outro aspecto referente à composição da renda é o baixo investimento social e Pochmann (2005, pg. 7) o critica ao dizer que este é um dos fatores que causa a redução mesmo que relativa da participação do rendimento do trabalho na renda nacional, segundo ele há estimativas de que aproximadamente 24,1 bilhões de reais deixaram de fazer parte da massa de rendimento do trabalho em virtude da queda do rendimento médio dos ocupados e do aumento do desemprego.

Mesmo que os rendimentos do trabalho tenha grande representação na formação da renda familiar, vale destacar a importância das transferências do governo

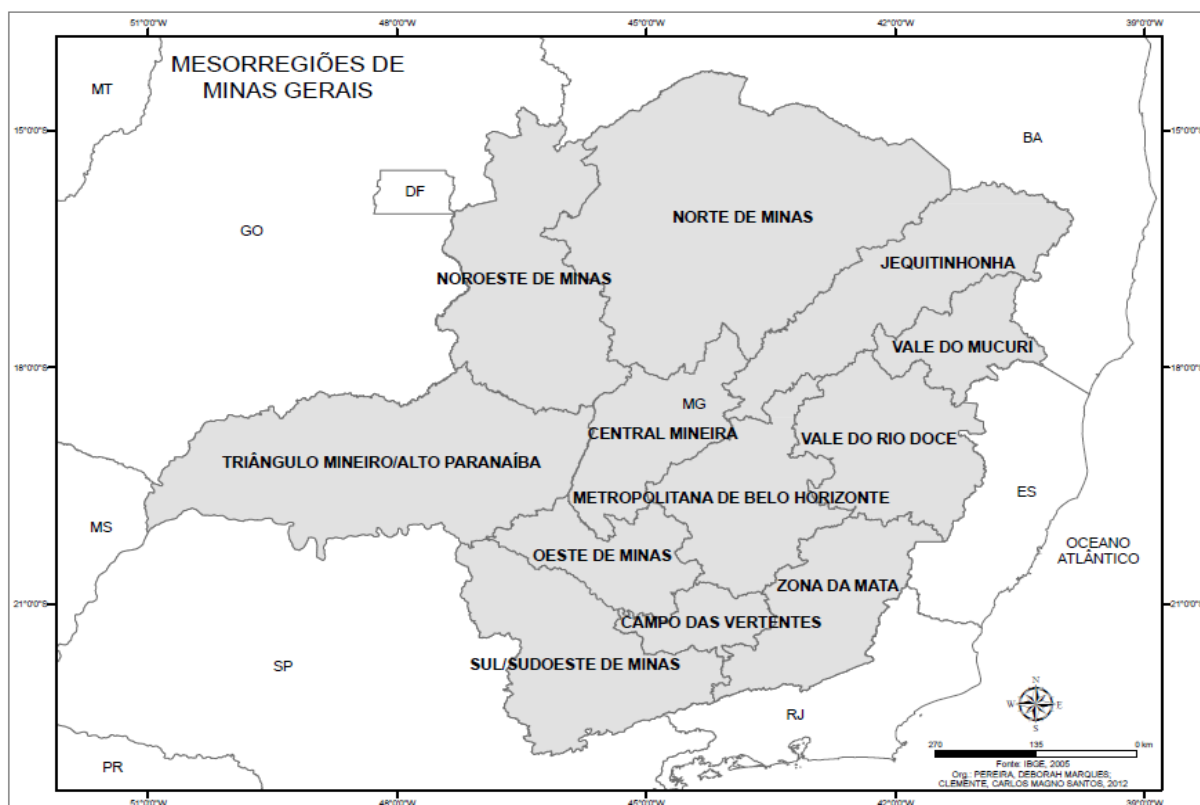
na composição da renda das famílias pobres que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, ou quando estão inseridas não tem remuneração suficiente para cobrir suas necessidades, tornando as transferências governamentais como parte importante do orçamento familiar.



### CAPÍTULO III

## DEPENDÊNCIA DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA SEGUNDO AS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS

O acesso a programas de transferência direta de renda acontece de modo diferenciado entre as mesorregiões no estado. Essa diferença é notada na análise do volume de recursos destinados a esses programas em cada uma delas, bem como o número de domicílios atendidos. Antes mesmo de mostrar como se encontra a situação de Minas Gerais em relação ao acesso a programas de transferência direta de renda, a FIG. 1 ajuda a visualizar no mapa do estado as doze mesorregiões.



**Figura 1:** Mesorregiões do Estado de Minas Gerais

Fonte: IBGE.

Elaboração: Pereira, Deborah, M.; Clemente, Carlos Magno S.

De acordo com o IBGE, este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de mesorregiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

A caracterização das mesorregiões tem como base (Botelho, 2010). As mesorregiões Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Nordeste do estado, se apresentam como as que possuem maior carência sendo que a maioria dos municípios apresenta Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHm de nível muito baixo.

A mesorregião do Norte é formada por 89 municípios e além de apresentar baixos níveis de IDH outras características importantes em termos de condições econômicas, o que se observa que a maior parte do emprego se concentra nas atividades agropecuárias e extrativas. A agricultura é em sua maioria de subsistência e a pecuária extensiva. A atividade industrial é pouco expressiva se comparada às outras mesorregiões.

A mesorregião Jequitinhonha é formada por 51 municípios, e estes apresentam baixos indicadores sociais, com baixa densidade demográfica, a mesorregião do Mucuri apresenta características semelhantes sendo formada por 23 municípios e tem sua economia centrada na agricultura e pecuária.

A mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, é formada por 66 municípios. É a segunda maior do estado no que se refere à economia. Assim esta é uma das regiões de maior dinamismo econômico apresentando alto grau de urbanização e alta densidade demográfica. Sendo que a atividades de maior destaque econômico a agropecuária, além de apresentar um grau elevado de industrialização. O comércio atacadista tem grande importância para a região, com relevância nacional. O setor terciário é o maior da mesorregião e o que mais emprega.

Campo das Vertentes é formada por 36 municípios e tem como principais características econômicas em geral marcadamente pecuarista, com a agricultura que também se faz importante; o comércio tem importância principalmente em São João Del Rei, Lavras e Barbacena, e quanto à indústria, Lavras e São João Del Rei lideram com as indústrias de tecelagem e metalurgia.

A mesorregião Sul/Sudoeste é formada por 146 municípios quando se vai analisar a dinâmica da mesorregião, o que se percebe é que, conforme indica a própria denominação, ela engloba dois grandes espaços: o Sudoeste e o Sul do estado, sendo que apresentam dinâmicas distintas. O primeiro deles tem um maior dinamismo econômico e o segundo apresenta diversidades mais importantes, com espaços mais dinâmicos e outros, estagnados. A Região Sudoeste é detentora da maior produção cafeeira do Estado. Destacam-se ainda na região a produção de batata inglesa, cana-de-açúcar, laranja, milho. Na indústria, destacam-se os municípios de Divinópolis, Poços de Caldas e Varginha, que concentram grande parte do valor da transformação industrial da região (Amaral, 2007). No Sul do estado observa-se a existência de uma agricultura e descapitalizada, com raras exceções.

A Zona da Mata é formada por 142 municípios, Na Zona da Mata os indicadores são fortemente influenciados pelos da microrregião de Juiz de Fora, que responde por quase a metade do PIB e por cerca de 30% da população. Na economia da Zona da Mata destacam-se as indústrias, a criação de gado leiteiro e plantações de cana-de-açúcar, café, milho e feijão.

A mesorregião Central Mineira é formada pela união de trinta municípios agrupados em três microrregiões: Bom Despacho, Três Marias e Curvelo. Principalmente as duas primeiras se ligam bastante à dinâmica apresentada pela Mesorregião do Alto Paranaíba (Amaral, 2007). Curvelo e Três Marias apresentam baixa densidade demográfica, enquanto Bom Despacho apresenta situação um pouco melhor.

Mesorregião metropolitana de Belo Horizonte formada pela união de 105 municípios. É uma região muito populosa, com alta densidade demográfica, cujo centro dinâmico é Belo Horizonte, capital do estado, seguida pelos Municípios de Contagem e Betim. Betim e Contagem são dos municípios mais dinâmicos, logo após Belo Horizonte. Santa Luzia e Nova Lima lideram os municípios de seu entorno imediato, sendo que esta área se caracteriza por apresentar alguma produção industrial e grande peso do setor terciário. O Sul da Mesorregião, que compreende as microrregiões de Itaguari, Ouro Preto, Itabira e Conselheiro Lafaiete, é caracterizado por municípios de pequeno porte, com média de população inferior a nove mil habitantes. Parte da mão de obra deste espaço menos dinâmico está empregada em atividades agropecuárias ou extrativas, que vêm perdendo importância no Estado e caracterizam-se pela não-modernização e baixa produtividade.

A mesorregião do Vale do Rio Doce é formada pela união de 102 municípios agrupados em sete microrregiões, e tem como cidades principais Aimorés, Caratinga, Coronel Fabriciano, Governador Valadares, Ipatinga, Mantena e Timóteo. Tem como atividades econômicas principais a indústria, comércio, agricultura e pecuária.

A mesorregião do Noroeste de Minas é formada por dezenove municípios agrupados em duas microrregiões. A economia é altamente agrícola, com destaque para a produção de milho, mandioca e feijão, além da criação de gado. Constitui a região menos populosa e menos densamente povoada do estado.

A mesorregião do Oeste de Minas é por 44 municípios agrupados em cinco microrregiões. É uma região de alto Índice de Desenvolvimento Humano, com uma economia diversificada, principalmente baseada na indústria e no setor de serviços. Pequena em território e número de municípios, porém com um alto nível de renda e importância desses municípios dentro do estado de Minas Gerais.

### **3.1 Caracterização socioeconômica das Mesorregiões de Minas Gerais**

Caracterizar as mesorregiões em termos socioeconômicos vem auxiliar no entendimento das transferências governamentais de renda, ao permitir maiores informações a nível regional que contribuem para explicar o volume de recursos provindos de transferências diretas bem como uma apresenta dos resultados das mesorregiões. Inicialmente são mostrados os dados referentes às características domiciliares a TAB. 1 mostra a localização dos domicílios em relação a sua situação, se urbano ou rural.

**Tabela 1:** Total de domicílios particulares permanentes e porcentagem por situação do domicílio, segundo as mesorregiões, Minas Gerais em 2010.

Mesorregiões	Domicílios particulares permanentes		
	Total	Situação do domicílio	
		% Urbano	% Rural
Campo das Vertentes	172 899	85	15
Central Mineira	129 730	87	13
Jequitinhonha	195 413	64	36
Metropolitana de Belo Horizonte	1 905 463	96	4
Noroeste de Minas	111 398	78	22
Norte de Minas	445 255	71	29
Oeste de Minas	302 354	88	12
Sul/Sudoeste de Minas	767 793	82	18
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	696 412	91	9
Vale do Mucuri	113 175	70	30
Vale do Rio Doce	495 466	81	19
Zona da Mata	692 135	82	18
Minas Gerais	6 027 492	86	14

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010

Nesta TAB. 2 os destaques são dados aos valores extremos e pode-se perceber que existem mesorregiões em que a porcentagens de domicílios permanentes na zona Rural é mínima como a Metropolitana de Belo Horizonte com apenas 4% e a do Triangulo Mineiro/Alto Paranaíba com 9%. Contrapondo a isso percebe-se mesorregiões que apresentam resultados bem maiores para essa variável, como o Jequitinhonha com 36% dos domicílios na zona rural, Vale do Mucuri com 30% e Norte de Minas com 29%. A grande diferença entre esses dados indica uma maior concentração de domicílios na zona rural nas mesorregiões mais pobres.

Infraestrutura é um importante aspecto que está ligado à qualidade de vida e também ao desenvolvimento de determinada região, deste modo se torna necessário apresentar alguns dados referentes à infraestrutura dos domicílios nas mesorregiões. A TAB. 2 mostra como se encontram a coleta de lixo, o acesso á agua e energia nas mesorregiões de Minas Gerais.

**Tabela 2:** Porcentagem de domicílios que possuem água canalizada em pelo menos um cômodo, energia elétrica e coleta de lixo diária pelo serviço de limpeza, para o ano de 2011 em Minas Gerais, segundo dados da PAD- MG.

Mesorregiões	Lixo coletado diretamente por serviço de limpeza	% Possui água canalizada no mínimo em um cômodo	% que possui energia elétrica
Campo das Vertentes	98,05	99,27	99,84
Central	98,69	98,46	99,61
Jequitinhonha	94,52	99,37	100
Metropolitana	93,23	99,15	99,88
Noroeste	99,05	98,39	99,83
Norte	95,79	97,35	99,61
Oeste	96,28	99,14	100
Sul/Sudoeste	99,15	99,86	99,82
Triângulo/Alto Paranaíba	98,31	99,54	99,85
Mucuri	90,13	98,16	98,8
Rio Doce	97,2	98,94	99,91
Zona da Mata	94,65	99,68	99,06
Minas Gerais	95,73	99,16	99,74

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011.

Como evidencia a TAB. 2 as mesorregiões em geral são bem atendidas em termos de serviços públicos básico sendo que que nos três itens analisados todas se encontram acima de 90%. Mas dentre os serviços o que possui menor porcentagem em relação aos demais é o de coleta de lixo, que em regiões como o Mucuri tem-se uma coleta de 90,13%, ao passo que regiões como o Sul/Sudoeste e Noroeste tem quase que 100% do seu lixo recolhido de forma adequada.

Ao observar os dados em geral eles demonstram que as mesorregiões que são consideradas mais pobres mesmo com uma porcentagem significativa de acesso a esses serviços esse valor ainda é inferiores ao das regiões de maior desenvolvimento.

A TAB. 3 apresenta a situação dos domicílios em relação à adequação das moradias. Conforme o IBGE para se definir a adequação da moradia as variáveis

utilizadas são o número total de domicílios particulares permanentes, a densidade de moradores por dormitório, a coleta do lixo, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário. Foram considerados adequados os domicílios que atendessem, simultaneamente, aos seguintes critérios: densidade de até 2 moradores por dormitório; coleta de lixo direta ou indireta por serviço de limpeza; abastecimento de água por rede geral; e esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica. O indicador expressa a proporção de domicílios que contemplam os quatro critérios citados, no total de domicílios particulares permanentes.

A adequação a moradia e o acesso à infraestrutura básica são dois fatores dependentes, por meio da TAB. 3 é possível perceber as mesorregiões com menor infraestrutura também possui maior quantidade de moradias semiadequada e inadequadas. Os níveis de renda domiciliar são bem diferentes quando relacionados com a adequação da moradia. O que mostra que os domicílios com maior nível de renda têm maiores acesso a serviços básicos.

**Tabela 3:** Domicílios particulares permanentes, por adequação da moradia, valor médio e mediano do rendimento mensal, segundo as mesorregiões de Minas Gerais – 2010.

Mesorregiões	Domicílios particulares permanentes e valor do rendimento nominal mensal R\$									
	Total	Adequação da moradia								
		% Adequada	% Semiadequada	% Inadequada	Valor médio do rendimento mensal			Valor mediano do rendimento mensal		
					Adequada	Semiadequada	Inadequada	Adequada	Semiadequada	Inadequada
Campo das Vertentes	172 899	69	30	0,8	2772,1	1633,8	1370	1656,1	1157	1157
Central Mineira	129 730	63	36	1,1	2528,7	1596	1271,1	1622,1	1157	1032,2
Jequitinhonha	195 413	39	56	5	1875,8	1091,5	902,2	1157	794	640,9
Metropolitana	1 905 463	75	25	0,3	4086	1947,6	1153,2	2155,2	1361,2	841,7
Noroeste de Minas	111 398	54	44	1,8	2540,8	1628,6	1202,2	1667,4	1157	951,7
Norte de Minas	445 255	29	67	3,3	2580,9	1300,8	857,5	1463,3	918,8	680,6
Oeste de Minas	302 354	78	22	0,4	2662,2	1896,6	1574,6	1735,5	1361,2	1134,3
Sul/Sudoeste de Minas	767 793	70	29	0,8	2743,2	1838,8	1561,7	1735,5	1259,1	1157
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	696 412	80	19	0,5	3071,5	2180,4	1764,9	1928,3	1440,6	1247,7
Vale do Mucuri	113 175	50	46	4,6	2228,6	1110,8	857,6	1162,7	771,3	606,9
Vale do Rio Doce	495 466	60	38	1,8	2472,5	1386,1	977,2	1474,6	1077,6	730,5
Zona da Mata	692 135	65	34	1,3	2786	1572,8	1126,4	1656,1	1157	794
<b>Minas Gerais</b>	<b>6 027 492</b>	<b>67</b>	<b>32</b>	<b>1,1</b>	<b>3207,7</b>	<b>1652,7</b>	<b>1084,9</b>	<b>1769,5</b>	<b>1157</b>	<b>748,6</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010



Ao realizar a caracterização das mesorregiões outros dados que são de suma importância que diz respeito à produção, e estes orientam em relação ao desenvolvimento econômico das mesorregiões. Pois mesorregiões com maior nível de produção tendem a ser mais desenvolvidas em termos econômicos. Neste sentido, duas importantes variáveis o Valor Adicionado<sup>6</sup> e o PIB que é a soma de toda produção de uma determinada região são apresentadas na TAB. 4.

A TAB. 4 demonstra como se encontra o valor adicionado em 2010 por setor da economia bem como o PIB para as mesorregiões.

---

<sup>6</sup> Conforme informações do IBGE o valor adicionado é definido como o saldo entre a produção e o consumo intermediário, representando a contribuição de cada atividade econômica no PIB. No caso das administrações públicas em que a produção é mensurada pelo custo, o valor adicionado bruto é obtido pela soma de seus componentes: remunerações (salários e contribuições sociais), outros impostos sobre a produção pagos pelas administrações públicas e o consumo de capital fixo.

**Tabela 4:** Porcentagem do Valor Adicionado (VA) por setores de atividade econômica, impostos, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita* a preços correntes\* para as mesorregiões de Minas Gerais em 2010.

Mesorregiões	VA da Agropecuária %	VA da Indústria %	VA da Administração Pública %	VA dos Serviços %	VA Total R\$ %	Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios %	PIB R\$ (mil)	PIB Per capita %*	PIB R\$ (mil)	PIB Per capita R\$
Campo das Vertentes	2,77	1,63	2,82	2,1	2	1,46	1,93	68,34	7.226.793	13.035,34
Central	4,93	1,3	2,1	1,52	1,73	1,03	1,65	78,21	6.155.972	14.916,66
Jequitinhonha	2,58	0,54	3,28	1,54	1,29	0,37	1,18	55,93	4.398.966	6.288,52
Metropolitana	4,83	54,64	33,24	43,46	43,94	52,7	45,02	141,5	168.281.550	26.990,19
Noroeste	7,33	1,16	1,91	1,43	1,84	0,77	1,71	91,34	6.382.989	17.421,58
Norte	7,29	2,68	7,53	4,37	4,05	2,54	3,86	47,02	14.443.048	8.967,57
Oeste	5,82	3,12	4,72	3,99	3,85	3,05	3,75	77	14.027.010	14.687,00
Sul/ Sudoeste	20,68	9,25	12,25	13,34	12,01	10,12	11,77	94,6	44.009.635	18.042,89
Triângulo/Alto Paranaíba	29,16	13,46	11,08	13,48	14,81	16,34	15	137,24	56.048.091	26.176,45
Mucuri	1,53	0,5	1,82	1,07	0,91	0,45	0,86	43,59	3.204.182	8.313,50
Rio Doce	4,84	6,56	8,39	6,02	6,1	5,04	5,97	72,19	22.316.565	13.769,37
Zona da Mata	8,25	5,14	10,85	8,69	7,46	6,12	7,29	65,71	27.261.197	12.532,42
Minas Gerais	100	100	100	100	100	100	100	100	373.755.998	19.073,75

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FJP

\* Valores atualizados conforme o IPCA-IBGE para dezembro de 2012

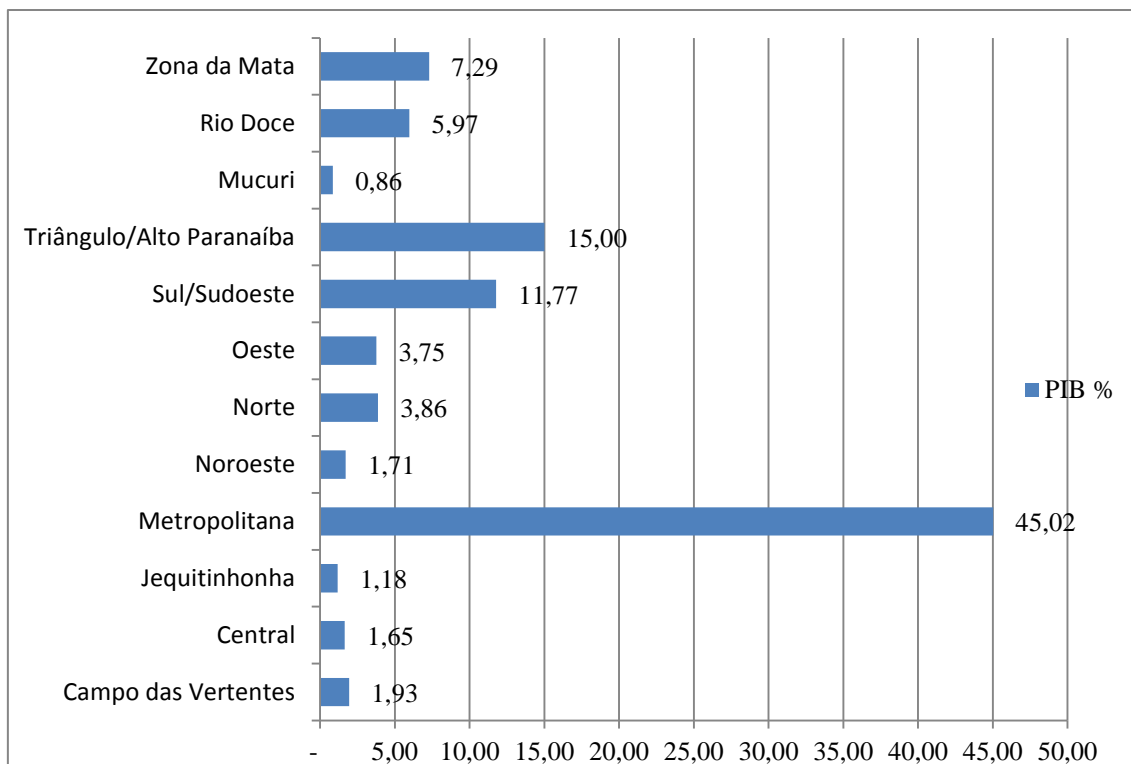
A atividade agropecuária faz parte do setor primário da produção que é o conjunto de atividades econômicas que extraem e/ou produzem matéria-prima. Isto implica geralmente a transformação de recursos naturais em produtos primários. Muitos produtos do setor primário são considerados como matérias-primas levadas para outras indústrias, a fim de se transformarem em produtos industrializados. As atividades importantes neste setor incluem agricultura, a pesca, a pecuária e a mineração em geral (BACHA, 2011. p.2).

A importância do setor primário se dá principalmente nas mesorregiões mais pobres, mesmo que estas não contribuam com grande porcentagem no total do estado, é neste setor que se encontra a fonte de renda e trabalho de grande parte da população. Isso acontece em mesorregiões como o Norte de Minas, Mucuri e Jequitinhonha.

Em relação à produção do setor agropecuário o maior destaque em termos de valores para a mesorregião do Triângulo/Alto Paranaíba, e depois o Sul/Sudoeste e Zona da Mata. As mesorregiões que possuem um menor volume de produção são a do Mucuri, Jequitinhonha e Campo das Vertentes.

Considerando o PIB *per capita* das mesorregiões se percebe uma grande discrepância entre elas enquanto a Metropolitana e o Triângulo com PIB *per capita* acima de 26 mil, há também o Jequitinhonha com aproximadamente 6 mil de PIB *per capita* e Mucuri e Norte de Minas com resultado em torno de 8 mil. Esse resultado mostra a grande disparidade existente entre essas mesorregiões e a concentração produtiva do estado em determinadas mesorregiões.

Com o intuito de melhor visualizar a participação das mesorregiões na formação do PIB de Minas Gerais foi feito o GRÁF. 1.



**Gráfico 1:** Porcentagem do PIB por mesorregião em relação ao PIB total de Minas Gerais em 2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FJP

Conforme o GRÁF. 1 pode se perceber que a região Metropolitana é responsável por uma parcela significativa do PIB estadual com 45,02%. As mesorregiões que menos contribuem para a formação do PIB do estado são Mucuri com apenas (0,86%), seguida por Jequitinhonha com (1,18%) e a região Central com (1,65%).

A região Metropolitana tem o maior VA na maioria dos setores; o único em que ela não é a maior responsável pelo VA é na agropecuária. Na segunda posição o Triângulo/Alto Paranaíba com a parcela de 15%, sendo que no setor de agropecuária esta mesorregião contribui com a maior parcela do estado, e em terceiro lugar Sul/Sudoeste com 11,77%. Nesta região, o principal setor é o agropecuário também.

### **3.2 - Educação, trabalho e transferência de renda para as mesorregiões de Minas Gerais.**

Este tópico tem como objetivo analisar os dados referentes à educação, trabalho e transferência direta de renda nas mesorregiões de Minas Gerais. Inicialmente apresentam-se os dados em relação à educação depois sobre o trabalho e por fim em relação as transferência direta de renda. Estas variáveis serão relacionadas com o intuito de perceber o quanto as variáveis ligadas a educação e trabalho influenciam na dependência por programas de transferência direta de renda que neste caso será o PBF.

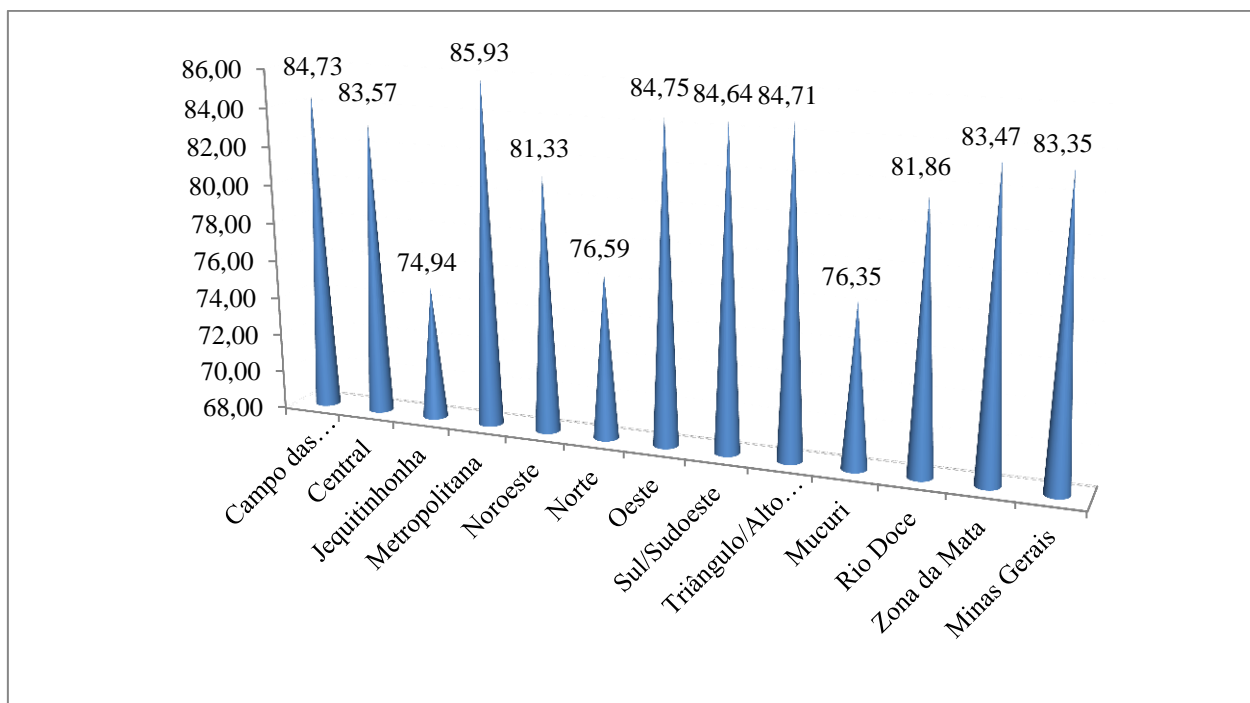
#### **3.2.1 Educação segundo as mesorregiões de Minas Gerais**

Considerando a análise de Sen (2010, p. 55), o acesso à educação está relacionado ao processo de desenvolvimento, que para ele tem a liberdade como “fim primordial” e “principal meio” para que se possa estabelecer o desenvolvimento. Ele associa essa duas expressões ao papel constitutivo e ao papel instrumental da liberdade no desenvolvimento. As liberdades substantivas que incluem capacidades elementares, como lidar com a fome e outras, mas para este ponto do trabalho o destaque é dado ao acesso à educação com um papel importante para o desenvolvimento.

Mais a frente, o autor trata das liberdades instrumentais, as quais, ele divide em cinco tipos que são liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Dentro dessa classificação destacam-se as oportunidades sociais nas quais a educação exerce grande influência na participação efetiva dos indivíduos nas atividades econômicas e políticas.

Em termos de educação a variável elementar é taxa de alfabetização das pessoas, relacionada à quantidade de pessoas que sabem ler e escrever. O GRÁF. 2 mostra a taxa de alfabetização segundo as mesorregiões. E percebe-se como essa variável se comporta de modo diferente nas mesorregiões do Jequitinhonha, Norte e Mucuri com os piores resultados. Enquanto em todas as outras mesorregiões as taxas

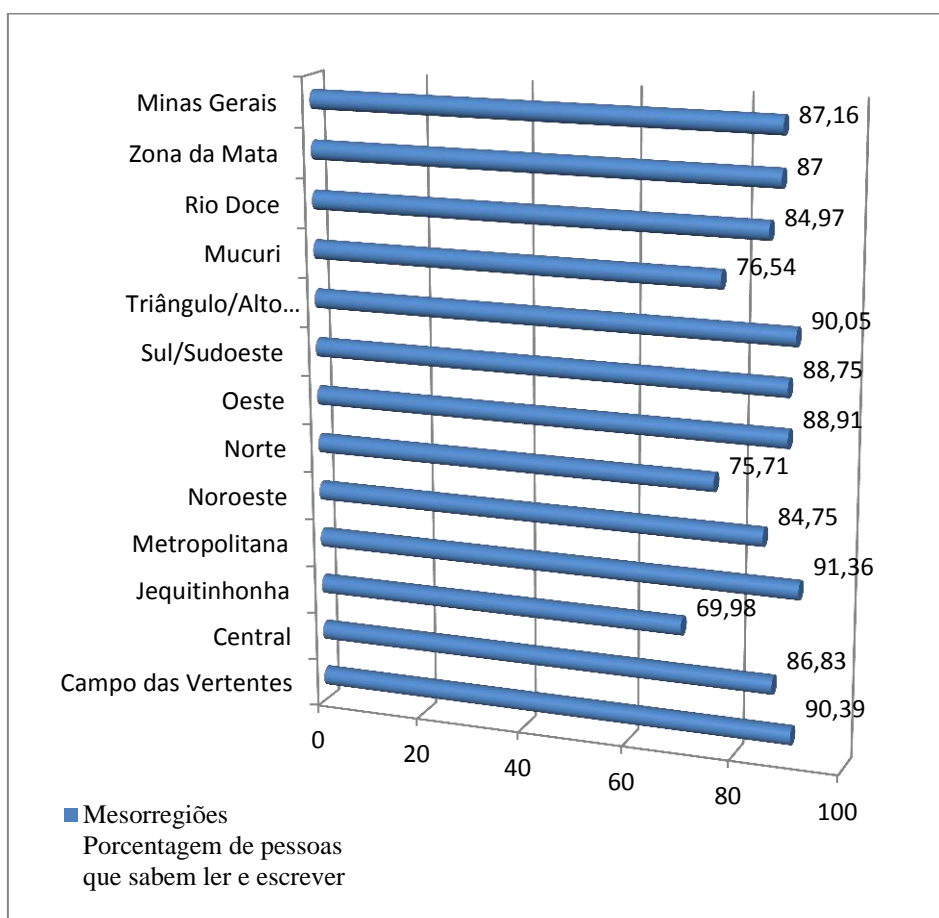
estão acima de 80%, essas mesorregiões tem resultados por volta de 75% ficando bem abaixo da média estadual de 83,35%.



**Gráfico 2:** Taxa de alfabetização conforme as mesorregiões de Minas Gerais para o ano de 2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

Na GRAF. 3 são apresentados dados referentes à alfabetização dos chefes de família para as mesorregiões. Essas informações estão dispostas para os chefes de famílias devido ao processamento de dados da PAD-MG ter sido feito com base nos dados do chefe do domicílio.



**Gráfico 3:** Porcentagem de pessoas chefes de família que sabem ler e escrever, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

\* Não sabe ou não responderam

A educação está fortemente ligada à renda já que pessoas com maior grau de instrução costumam ter melhores postos de trabalho e melhores remunerações e ao pensar que a renda do chefe de família na maioria das vezes representa a principal ou única fonte de renda do domicílio, pode-se supor que para essas mesorregiões com baixo nível de alfabetização dos chefes de família, há uma menor renda também.

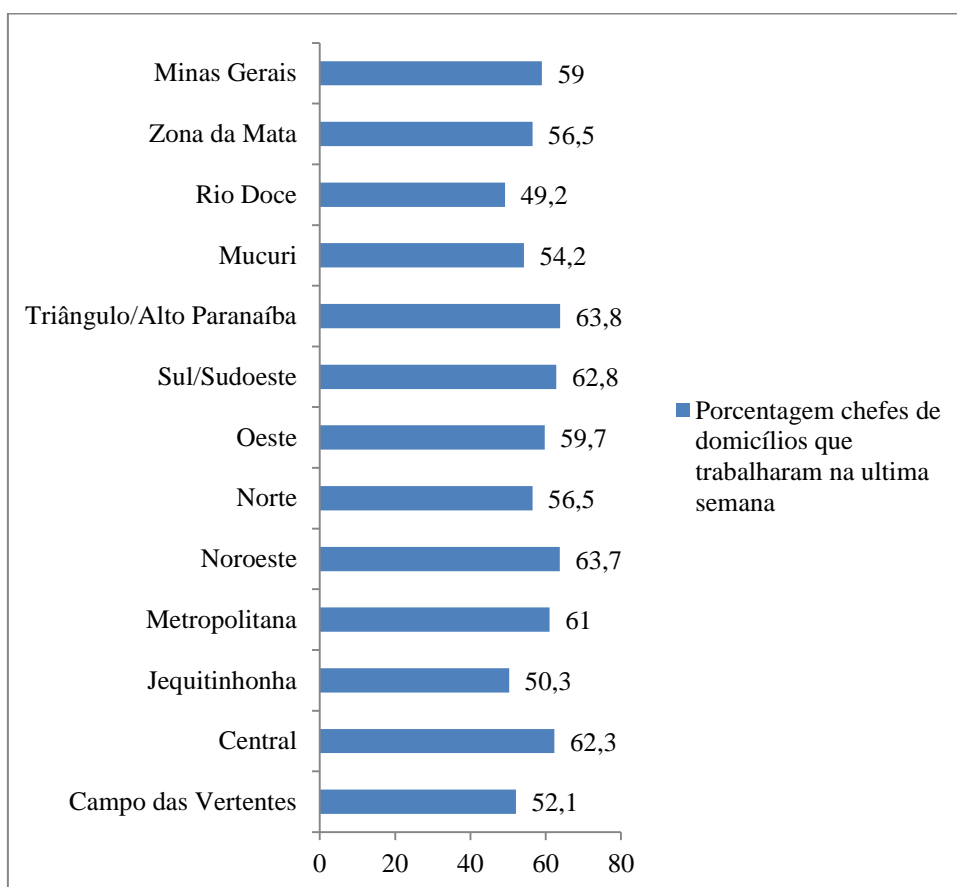
### **3.2.2 Mercado de trabalho conforme as mesorregiões de Minas Gerais**

O desenvolvimento do mercado de trabalho de determinada região é de suma importância na formação da renda dos indivíduos. Quanto mais pessoas tiverem acesso ao mercado de trabalho melhor o nível de renda. No entanto, se não há oportunidades de trabalho e mão de obra qualificada, os indivíduos não terão bons postos de trabalho o que compromete a renda; e a baixa renda pode vir a ser um determinante da dependência de transferências governamentais.

Quando se fala em mercado de trabalho o funcionamento deste é de suma importância para a economia, mas não se trata apenas das relações de oferta e demanda, deve se levar em conta outros fatores que estão ligados ao mercado de trabalho principalmente os de ordem social, que são alterados juntamente com a dinâmica deste mercado (OLIVEIRA, 2011, p. 1520).

Como primeira análise deste mercado de trabalho nas mesorregiões de Minas Gerais, destaca-se a porcentagem de chefes de domicílio que trabalharam na última semana (anterior à realização da pesquisa). A TAB. 12 apresenta as mesorregiões em que maior quantidade de chefes de família não trabalharam no período analisado, que foram Rio doce, Jequitinhonha, Campos das Vertentes e Mucuri ficando todas com porcentagens acima de 45%. As mesorregiões com melhores resultados são o Triângulo/Alto Paranaíba, Noroeste, e Sul/Sudoeste, Central e Metropolitana essas mesorregiões tiveram mais de 60% dos chefes de família ocupados na última semana.





**Gráfico 4:** Porcentagem de chefes de domicílios que trabalharam na última semana para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

No mercado de trabalho outra importante variável é o tempo de trabalho e a TAB. 5 mostra os anos de trabalho do chefe de domicílio conforme as mesorregiões. Este dado é importante porque mostra quanto anos os chefes de domicílios já estão inseridos no mercado de trabalho.

E conforme a TAB. 5 pode-se perceber que a maioria se encontra no intervalo de 1 a 5 anos trabalhado para todas as mesorregiões. As mesorregiões que possuem maior número de chefes de domicílio com menos de um ano de trabalho são Noroeste, Oeste e Campos das Vertentes Todas com porcentagens acima de 20%.

No outro extremo da TAB. 5 mostra que as mesorregiões que possuem maior número de trabalhadores com mais de trinta anos trabalhando são as do

Jequitinhonha, Mucuri e Norte. Esses dados podem indicar que os chefes de domicílios nessas mesorregiões são pessoas de maior idade, devido aos vários anos de trabalho.

**Tabela 5:** Porcentagem de chefes de domicílio em relação aos anos de trabalho até o último mês segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011

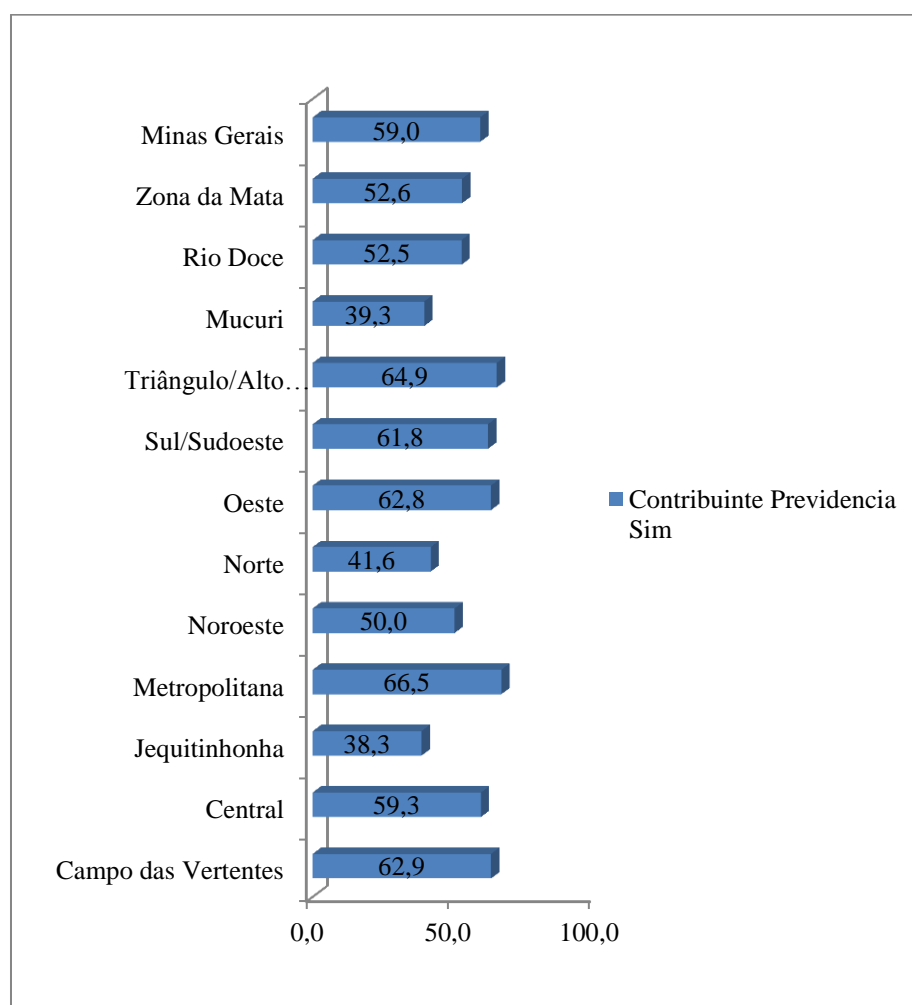
Mesorregiões	Porcentagem de chefes de domicílio em relação aos anos de trabalho até o último mês							
	Menos de 1 Ano	1 a 5 anos	6 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos	21 a 25 anos	26 a 30 anos	Mais de 30 anos
Campo das Vertentes	22,0	34,1	16,2	9,0	7,4	5,1	4,1	2,1
Central	19,9	33,8	16,8	9,0	7,3	4,2	3,0	5,9
Jequitinhonha	11,6	29,3	13,9	11,8	11,4	4,6	7,2	10,1
Metropolitana	15,3	38,5	16,4	8,9	8,7	4,0	4,5	3,6
Noroeste	28,9	29,5	15,1	10,2	6,3	3,5	2,9	3,7
Norte	18,3	32,7	14,3	9,5	7,2	4,4	5,2	8,5
Oeste	23,7	33,5	16,3	5,6	7,7	4,3	3,1	5,8
Sul/Sudoeste	14,3	34,1	16,5	9,8	10,3	3,5	5,7	5,9
Triângulo/Alto Paranaíba	18,1	37,0	15,9	9,6	7,7	3,3	4,1	4,4
Mucuri	16,1	32,6	16,3	7,5	8,0	3,7	7,2	8,6
Rio Doce	16,1	38,0	18,1	8,6	8,0	3,4	3,5	4,3
Zona da Mata	13,1	34,3	18,5	9,5	9,5	3,9	6,4	4,7
Minas Gerais	16,5	35,7	16,4	9,1	8,6	3,9	4,8	5,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

Outro dado importante em relação ao trabalho é contribuição previdenciária. No GRÁF. 5 destaca-se as mesorregiões que possuem mais chefes de domicílio que contribuem com a previdência, considerando os chefes que estão trabalhando: em primeiro lugar, a região Metropolitana, 66,5% em segundo lugar, Triângulo/ Alto Paranaíba com 64,9%, e em terceiro lugar, o Sul/Sudoeste com quase 62%.

As mesorregiões com os menores percentuais de chefes contribuintes da previdência são Jequitinhonha com 21,5%, Mucuri com quase 23% e Norte com aproximadamente 26%. Estes dados mostram a grande diferença existente entre as

mesorregiões. Sabe-se que, em geral que a não contribuição à Previdência Social está relacionada a não formalização dos trabalhadores no mercado de trabalho.



**Gráfico 5:** Porcentagem de chefes de domicílios que contribuem para a previdência social nas mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

Em estudos relacionados a mercado de trabalho conceitos importantes a serem visto dizem respeito à população e sua inserção neste mercado. O primeiro conceito a se trabalhar é da População Economicamente Ativa (PEA), que consiste na parcela da população que se encontra ocupada juntamente com a esta procurando emprego. Outro dado importante é o da População em Idade Ativa (PIA). Este compreende a população em idade ativa para trabalho, que estejam no intervalo de idade de 10 anos ou mais e com menos de 65 anos.

A TAB. 6 trata destes dados bem como de outros que são importantes na análise do mercado de trabalho, como a taxa de desemprego, taxa de atividade (PEA/PIA).

**Tabela 6:** Estimativa de pessoas ocupadas, e desocupadas para a população de 10 ou mais anos de idade até 65 por mesorregião de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	População Total	Taxa de Atividade (PEA/PIA) %	Taxa de desemprego	PIA %	PEA%	Ocupados %	Desocupados %
Campo das Vertentes	563147	57,89	8,49	77,4	44,8	41	3,8
Central	436629	61,11	9,33	77	47,1	42,7	4,4
Jequitinhonha	698207	50,23	7,61	74,4	37,4	34,5	2,8
Metropolitana	5831075	63,1	10,13	77,5	48,9	43,9	5
Noroeste	389001	60,19	11,08	77,5	46,6	41,5	5,2
Norte	1761737	56,78	9,5	74,5	42,3	38,3	4
Oeste	951726	64,46	5,51	76,6	49,4	46,7	2,7
Sul/Sudoeste	2576386	64,32	6,24	78	50,2	47	3,1
Triângulo/Alto Paranaíba	2135654	64,86	9,87	78,4	50,8	45,8	5
Mucuri	395485	54,21	11,77	74,7	40,5	35,7	4,8
Rio Doce	1641595	54,42	12,49	76	41,4	36,2	5,2
Zona da Mata	2212716	57,68	7,46	77,7	44,8	41,5	3,3
Minas Gerais	19593358	60,77	9,06	77,1	46,8	42,6	4,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011

Primeiro dado a analisar nesta TAB. 6 é a taxa de atividade que mede a proporção de pessoas com idade para trabalhar, dez anos ou mais, que está no mercado de trabalho. Essa taxa é maior no Triângulo/Alto Paranaíba 64,86 %, na mesorregião Sul/Sudoeste 64,32% e Oeste 64,46%, sendo que estas estão acima do resultado do estado de 60,77%.

As mesorregiões com os menores resultados são; Jequitinhonha 50,23%, Mucuri com 54,21% e Rio Doce 54,42%. Além de apresentar porcentagem a baixo da

média do estado, há também uma grande diferença de resultado entre as mesorregiões, com uma diferença de cerca de 14% entre o maior e menor resultado.

Outra informação importante em relação ao mercado de trabalho trata da taxa de desemprego, que para este trabalho foi calculada conforme Bacha (2004, p. 201). Onde o autor considera a PEA como a força de trabalho (FT), as pessoas ocupadas como N, à taxa de desemprego ( $\mu$ ) que se dá pela seguinte equação:

$$\mu = \frac{FT - N}{FT}$$

Os melhores resultados, baixas taxas, nas mesorregiões Oeste 5,51%, Sul/Sudoeste (6,24%) e Zona da Mata (7,46%). As mesorregiões com maiores taxas de desemprego são; Rio Doce 12,49%, Mucuri (11,77) e Noroeste (11,08%).

A porcentagem de pessoas em idade (PIA) ativa diante da população total encontra-se a acima de 70% em todas as mesorregiões, no entanto as que possuem maiores porcentagens são; Triângulo/ Alto Paranaíba com 78,4%, Sul/Sudoeste 78% e Zona da Mata 77,7%.

Os dados relativos à população economicamente ativa (PEA) apresentam maiores desigualdades, sendo que as mesorregiões com menor percentual em relação à população total são Jequitinhonha 37,4%, Mucuri 40,05% e Rio Doce com 41,4%. As mesorregiões com maior percentual são Triângulo/Alto Paranaíba 50,8%, Sul/Sudoeste (48,79) e Metropolitana (48,21%).

Em relação ocupação, as mesorregiões com maior porcentagem de desocupados são Noroeste e Rio Doce com (5,2%) e Metropolitana e Triângulo/Alto Paranaíba as duas com 5% cada uma. Levando em conta que para este dado são consideradas desocupadas, as pessoas que buscaram emprego no último mês, e serve para mostrar a dinâmica do mercado de trabalho, pois em mesorregiões que os postos de trabalho são escassos, a demanda acaba sendo influenciada, já que não há estímulo, as pessoas não vão procurar trabalho se não tem oportunidades no mercado. As mesorregiões com menor porcentagem de desocupados são Oeste 2,7%, Jequitinhonha (2,8%), e Sul/Sudoeste com (3,1%).

O trabalho é a principal origem da renda das famílias, no entanto se considerando as famílias com menores níveis de renda percebe-se a participação de transferências direta do governo na composição da sua renda total. .

### 3.3 - Participação das Transferências diretas por mesorregiões em Minas Gerais

A diversidade regional do estado é demonstrada por meio da análise da TAB. 7, na qual se percebe quais as mesorregiões que apresentam maior número de famílias atendidas por programas de transferência direta de renda, e neste sentido destacam-se a região Norte de Minas como a que mais recebe recursos e a região Oeste como a que tem menor repasse de recursos.

**Tabela 7:** Total de domicílios, porcentagem de domicílios atendido por programas de transferência direta de renda, Valor total e médio do PBF e outros benefícios, conforme as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Total de Domicílios	Domicílios com PBF	Domicílios BCP e outros benefícios*	Valor Total BF R\$**	Valor Total BCP e outros benefícios R\$**	Valor médio do PBF R\$**	Valor médio BCP e outros benefícios R\$**
Campo das Vertentes	174178	17,98	0,87	2895852,69	847717,01	92,48	558,81
Central Mineira	136963	20,47	3,70	2916484,85	4214744,84	104,05	832,79
Jequitinhonha	203517	40,40	3,83	10295809,89	4365187,15	125,22	560,57
Metropolitana de Belo Horizonte	1799743	10,48	2,05	21535222,01	22478253,04	114,19	609,45
Noroeste de Minas	121693	25,06	0,02	3524997,78	755161,10	115,57	412,43
Norte de Minas	490937	32,57	0,89	20417271,32	1533443,37	127,70	349,30
Oeste de Minas	307341	11,26	1,74	3394164,37	2310224,78	98,10	431,98
Sul/Sudoeste de Minas	789984	14,65	2,80	11357211,22	11772244,39	98,12	532,10
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	687734	10,99	1,19	7721745,20	4042034,45	102,19	492,39
Vale do Mucuri	117235	27,30	2,51	3547001,02	1988667,60	110,84	676,88
Vale do Rio Doce	499627	21,47	3,26	12253860,59	10159207,09	114,25	622,81
Zona da Mata	700463	20,08	0,97	14541290,76	2919366,35	103,40	430,97

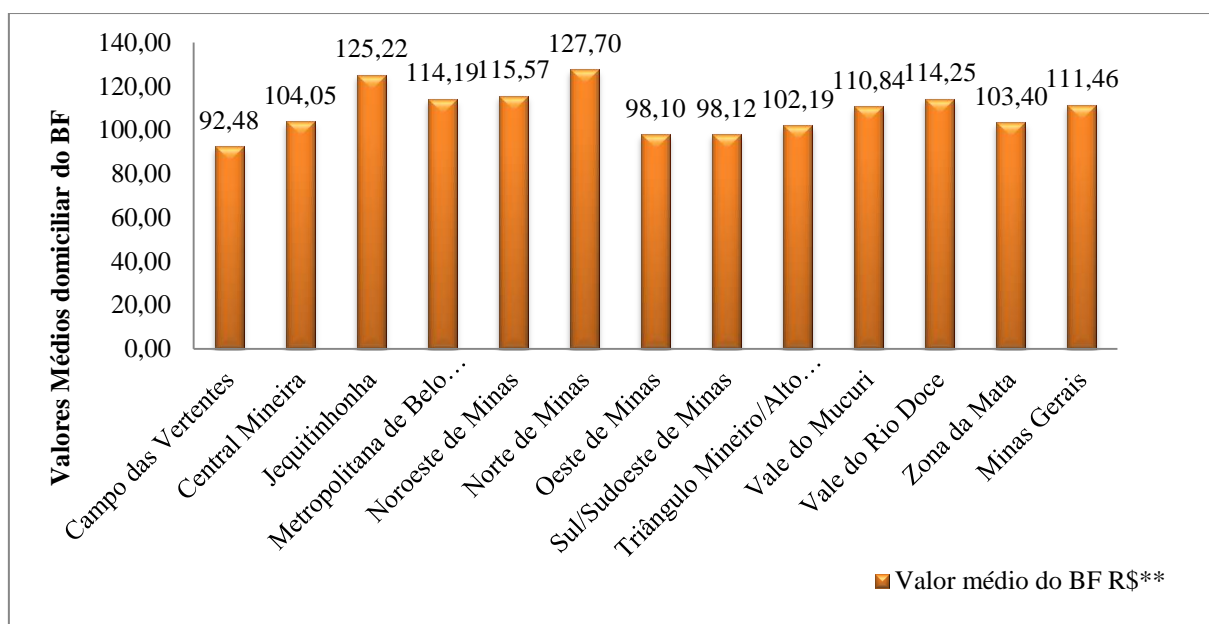
<b>Minas Gerais</b>	<b>6029415</b>	<b>17,02</b>	<b>1,98</b>	<b>114400911,71</b>	<b>67386251,17</b>	<b>111,46</b>	<b>565,44</b>
---------------------	----------------	--------------	-------------	---------------------	--------------------	---------------	---------------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

\* PETI e Agente Jovem

\*\* Valores atualizados para dezembro de 2012 conforme IPCA- IBGE

O GRÁF. 6 traz os valores médios do PBF, esta informação mostra os valores aproximados que as famílias recebem. Desta forma a TAB. 7 tem como principal objetivo apresentar o panorama geral das mesorregiões.



**Gráfico 6:** Valor médio\* domiciliar do PBF para as mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011.

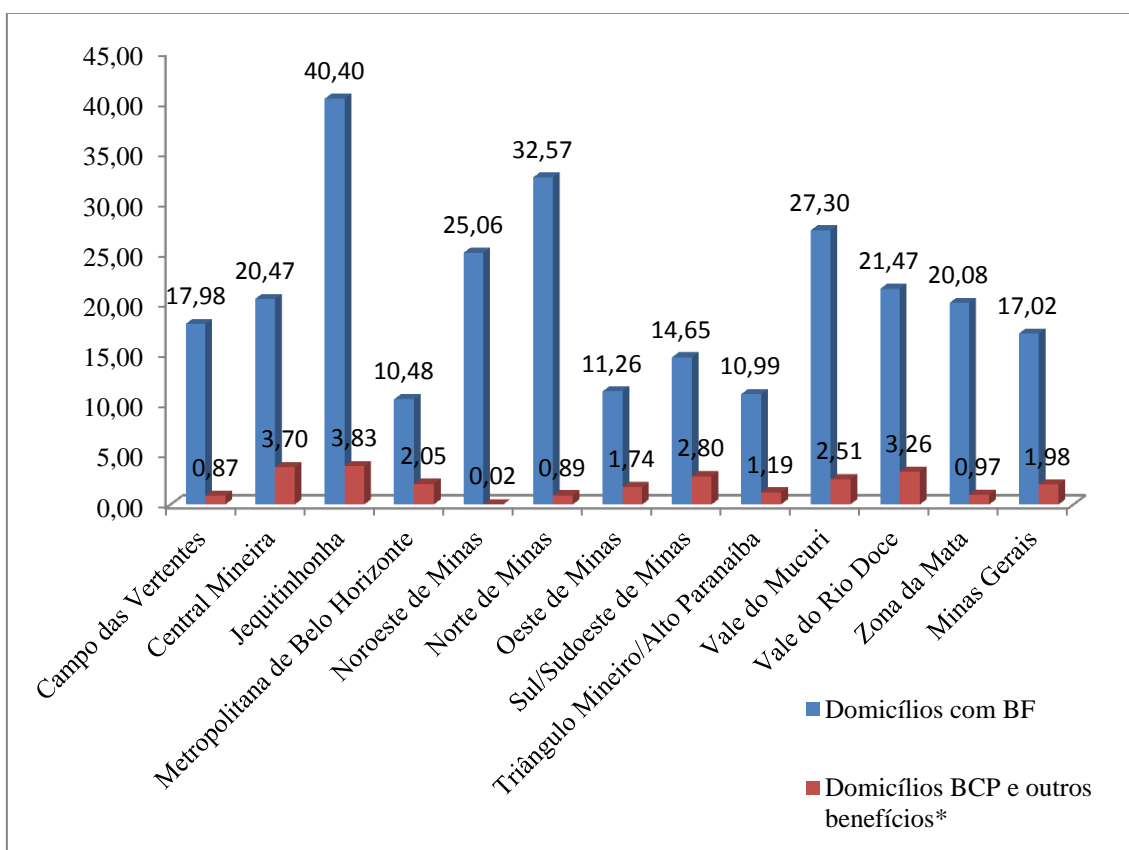
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

\*\*Valores atualizados para dezembro de 2012 conforme IPCA- IBGE

Com o GRÁF. 6 é possível visualizar como se comporta a variação dos repasses correspondentes ao PBF Família, por domicílios, entre as mesorregiões. As mesorregiões que possuem maior valor médio do benefício são as do Norte de Minas e Jequitinhonha respectivamente. Em contrapartida, os menores valores médios do benefício são observados para Campo das Vertentes, Oeste e Sul/Sudoeste, valores estes inferiores a R\$ 100,00. Considerando que um maior valor do benefício significa que a

família possui menor rendimento e também maior número de filhos já que estes são os principais determinantes do valor do benefício.

O Programa PBF dentre os programas de transferência direta de renda é o que tem maior percentual de domicílios atendidos o que é comprovado através do GRÁF. 8. Mas ao realizar uma comparação em termos de valores médios o PBF apresenta menor resultado, já que as outras transferências como BCP que tem seu valor atrelado ao salário mínimo que contribui para uma elevação na média dos benefícios.



**Gráfico 7:** Porcentagem de domicílios com PBF e com outros programas de transferência de renda para as mesorregiões de Minas Gerais no ano de 2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

\* PETI e Agente Jovem

O GRÁF. 7 deixa claro a diversidade entre as mesorregiões, enquanto temos o Jequitinhonha com 44,23% dos domicílios com algum tipo de transferência, temos a Metropolitana com apenas 12,53% dos domicílios contando com algum programa de transferência de renda.



### 3.3.1 Relação entre transferências direta de renda, trabalho e educação.

No intuito de perceber a relação entre a dependência de transferências direta de renda educação e trabalho as variáveis usadas são: percentual (%) de chefes de domicílio beneficiários do PBF e média de anos de estudo dos chefes de domicílio; e percentual de chefes de domicílio beneficiários do PBF (%) de beneficiários do BF e taxa de desemprego para os chefes de domicílio.

Não foi feita análise para o BPC e outros benefícios, pois não é possível distingui-los, por estarem de forma agregada na base de dados.

A análise de correlação indica como duas variáveis variam conjuntamente. Mede a intensidade e a direção da relação linear ou não linear entre duas variáveis. É um indicador que atende à necessidade de se estabelecer a existência ou não de uma relação entre essas variáveis sem que, para isso, seja preciso o ajuste de uma função matemática. Não existe a distinção entre a variável explicativa e a variável resposta, ou seja, o grau de variação conjunta entre X e Y é igual ao grau de variação entre Y e X.

O resultado da correlação (r) fornece um número que varia de -1 a 1, sendo que nos dois extremos tem-se uma perfeita correlação positiva quando  $r = 1$ , sendo que à medida que uma variável aumenta a outra também aumenta; e uma perfeita correlação negativa quando  $r = -1$ , sendo que as variáveis são inversamente proporcionais. Ainda dentro desta análise, quanto mais próximo de 1 ou de -1, mais forte o grau de correlação entre as variáveis.

A correlação, ou seja, a intensidade da associação entre as variáveis neste trabalho será calculada por meio do chamado coeficiente de correlação linear de Pearson, que é dado pela seguinte equação:

$$r = \frac{C_{x,y}}{S_x S_y}$$

Onde:

- $C_{xy}$  → Covariância ou variância conjunta das variáveis X e Y
- $S_x$  → Desvio padrão da variável X
- $S_y$  → Desvio padrão da variável Y

Neste sentido a TAB. 8 se refere aos dados que serão usados para se calcular o coeficiente de correlação. Os dados da tabela são em relação aos chefes de domicílios, pois, a variável média de anos de estudo, que é importante para refletir o grau de ensino, só era possível de ser obtida em função de um indivíduo.

**Tabela 8:** Porcentagem de chefes de com PBF, média de anos de estudo para os chefes de família, e taxa de desemprego para os chefes de domicílios que recebe PBF segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

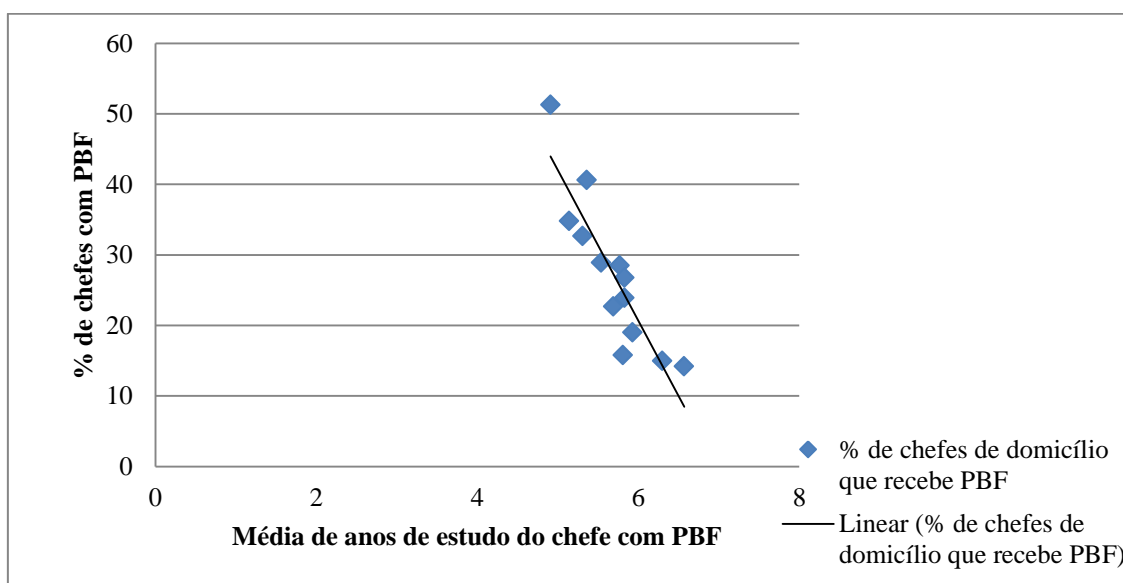
Mesorregiões	% de chefes de domicílio que recebe PBF	Média de anos de estudo	Taxa de desemprego
Campo das Vertentes	23,9	5,83	8,49
Central	28,5	5,77	9,33
Jequitinhonha	51,3	4,91	7,61
Metropolitana	14,2	6,57	10,13
Noroeste	32,7	5,31	11,08
Norte	40,6	5,36	9,50
Oeste	15,8	5,81	5,51
Sul/Sudoeste	19	5,93	6,24
Triângulo/Alto Paranaíba	15	6,3	9,87
Mucuri	34,8	5,14	11,77
Rio Doce	28,9	5,54	12,49
Zona da Mata	26,8	5,83	7,46
Minas Gerais	22,7	5,69	9,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

A partir da TAB. 8 foram calculados os coeficientes de correlação primeiramente entre a % de chefes de domicílio que tem PBF e a média de anos de

estudo o resultado foi uma forte correlação negativa entre as variáveis, com o índice de -0,89 aponta que quanto menor a média de anos de estudo maior a porcentagem de chefes com PBF, indicando maior dependência.

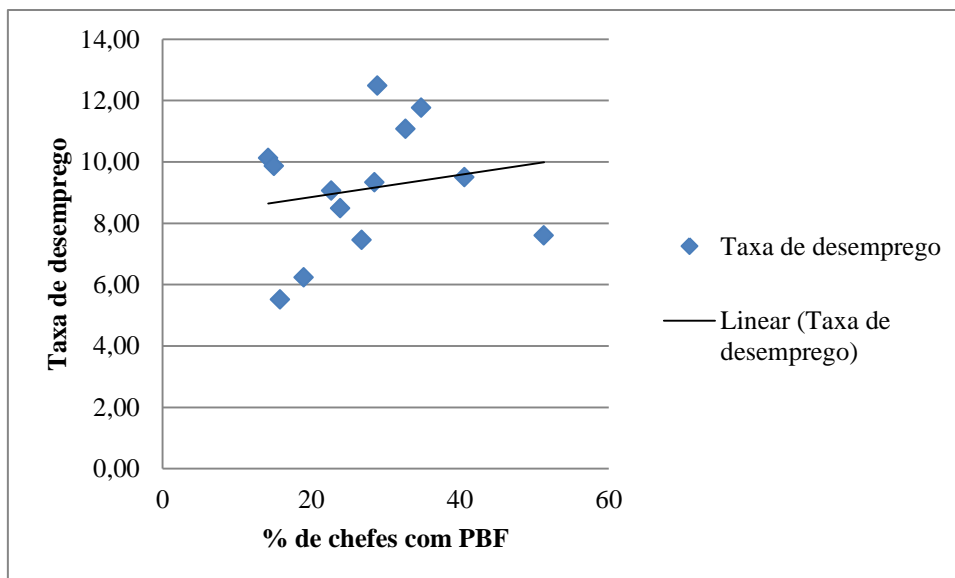
Com o diagrama de dispersão visualiza-se o comportamento das variáveis se dá praticamente de forma linear, que se trata de uma correlação negativa e pela proximidade dos pontos que a ligam evidencia a forte correlação entre as duas variáveis.



**Gráfico 8:** Diagrama de dispersão para % de chefes com o PBF e a média de anos de estudo dos chefes de domicílio, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

A segunda correlação diz respeito à relação entre a taxa de desemprego dos chefes de família e a porcentagem de chefes com PBF. O resultado indica uma fraca correlação positiva 0,19 indicando que a taxa de desemprego entre os chefes não tem grande influência em relação à porcentagem de chefes com PBF como mostra o GRÁF.9.



**Gráfico 9:** Diagrama de dispersão em relação à % de chefes com PBF e a taxa de desemprego dos chefes de família, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Observando o diagrama de dispersão o comportamento da reta não se aproxima dos pontos referentes às variáveis, o que comprova a baixa correlação existente entre elas.

### 3.4 - Perfil do chefe de domicílio com renda domiciliar *per capita* até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo

Até agora as análises foram realizadas em relação a todos os chefes de domicílio da PAD-MG, no intuito de tratar de modo específico os chefes de domicílios considerados pobres, foi feito o recorte na base de dados, por meio do critério de renda.

Para que determinada família possa ter acesso ao Programa PBF é necessário que sua renda *per capita* não ultrapasse  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, além de cumprir as outras condicionalidades do PBF. Desta forma os indivíduos que estão sendo considerados nesta parte da análise estariam aptos a integrar o PBF considerando o critério de renda *per capita*.

Uma intenção, ao se fazer esse recorte, é verificar se existem diferenciais nos domicílios e nas características dos chefes pobres, segundo a situação de beneficiário ou não do PBF. Além disso, verificar se entre as mesorregiões existem tais diferenciais.

Ao observar a população que estaria apta a receber o PBF nota-se por meio da TAB. 9 que, na maioria das mesorregiões, o percentual de domicílios atendidos pelo PBF é inferior aos que não possuem o PBF. Isso mostra que mesmo sendo o programa de transferência de grande abrangência, dentre os que estão habilitados para o programa ainda resta uma parcela considerável a ser atendida.

As mesorregiões que apresentam maior parcela de domicílios pobres atendidos pelo PBF são Jequitinhonha (76,5%), Norte (67,4%). Já os domicílios sem o PBF tem maior porcentagem nas seguintes mesorregiões Triângulo/Alto Paranaíba (80,1%), Metropolitana (75,1%) e Oeste com (67,1%).

As mesorregiões que apresentam maior parcela da população pobre atendida coincidem com as mesorregiões mais pobres do estado. Nas mesorregiões mais ricas a parcela da população atendida pelo PBF é bem menor. O que permite entender que há uma grande disparidade entre essas mesorregiões, já que foi adotado como critério de análise renda *per capita* de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo percebeu então por meio destes dados que a quantidade de domicílios nesta condição é maior nas mesorregiões mais pobres do estado.

**Tabela 9:** Percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo com e sem o PBF segundo as mesorregiões de Minas Gerais em 2011

Mesorregiões	Domicílios com renda <i>per capita</i> até 1/4* de salário mínimo em %	
	Com PBF	Sem PBF
Campo das Vertentes	47,9	52,1
Central	47,5	52,5
Jequitinhonha	76,5	23,5
Metropolitana	24,9	75,1
Noroeste	55,2	44,8
Norte	67,4	32,6
Oeste	32,9	67,1
Sul/Sudoeste	42,6	57,4
Triângulo/Alto Paranaíba	19,9	80,1
Mucuri	53,4	46,6
Rio Doce	44,2	55,8
Zona da Mata	55,7	44,3
Minas Gerais	43,7	56,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

\*Salário mínimo de 2011, R\$ 545,00.

A localização dos domicílios das pessoas atendidas pelo PBF está em sua maioria no setor urbano sendo que as mesorregiões com maior porcentagem de domicílios neste setor são Oeste 96,0%, Metropolitana 87,7% e Triângulo/ Alto Paranaíba (82,6%). No setor rural as mesorregiões que possuem maior parte da população com PBF são Norte 47,8% e Jequitinhonha 41,7% e Zona da Mata com 40,6%.

Nas mesorregiões com maior desenvolvimento econômico tem a maior parte da população na área urbana, enquanto que nas mesorregiões menos desenvolvidas tem uma parcela maior da população no setor rural.

Quanto aos domicílios do setor urbano que não possuem o PBF, os maiores percentuais referem-se à região Metropolitana com 95,8%, o Triângulo/Alto Paranaíba 90,2% e Oeste 88,8%. No setor rural as mesorregiões com maior percentual de domicílios não atendidos são Jequitinhonha 42,9%, Norte 37,1% e o Oeste 29,6%.

**Tabela 10:** Domicílios com renda *per capita* menor do que  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, beneficiários e não beneficiários do PBF, conforme setor censitário para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Chefe de domicílio por situação setor censitário			
	Urbano		Rural	
	Com PBF	Sem PBF	Com PBF	Sem PBF
Campo das Vertentes	78,1	73	21,9	27
Central	78,6	75,4	21,4	24,6
Jequitinhonha	58,3	57,1	41,7	42,9
Metropolitana	87,7	95,8	12,3	4,2
Noroeste	71,5	78,7	28,5	21,3
Norte	52,2	62,9	47,8	37,1
Oeste	96	88,8	4	11,2
Sul/Sudoeste	59,9	70,4	40,1	29,6
Triângulo/Alto Paranaíba	82,6	90,2	17,4	9,8
Mucuri	66,3	71,8	33,7	28,2
Rio Doce	64,1	72,8	35,9	27,2
Zona da Mata	59,4	78,4	40,6	21,6
Minas Gerais	65,8	83	34,2	17

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Outra importante característica a ser analisada é em relação ao sexo do chefe de domicílio. A TAB. 11 mostra a relação dos chefes de domicílios pobres, de acordo com o sexo e o recebimento ou não do PBF. A atenção é dada para os domicílios que tem a mulher como chefe de família e que possuem o PBF. Neste sentido, destacam-se as mesorregiões; Metropolitana 64,4%, Mucuri 58,8% e Campo das Vertentes 55,6%, que tem mais de 50% dos seus domicílios (pobres) chefiados por mulheres.

Dentre os domicílios que não são atendidos pelo PBF se perceber que, assim como no caso dos que são atendidos, a maior parte dos chefes de domicílio é do sexo masculino. As mesorregiões com maior porcentagem de mulheres chefiando o domicílio e que não são atendidos pelo PBF são: Zona da Mata 57,3%, Mucuri 53,8%, e

Norte 47,2%. No entanto, o número de domicílios chefiados por mulheres tem crescido em todos os setores sociais.

**Tabela 11:** Chefes de domicílios com renda domiciliar *per capita* igual ou menor do que ¼ de salário mínimo (beneficiários e não beneficiários do PBF) de acordo com sexo, para as mesorregiões em Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Chefes de domicílios de acordo com o sexo em %			
	Com PBF		Sem PBF	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Campo das Vertentes	44,4	55,6	47,7	52,3
Central	54,2	45,8	54,6	45,4
Jequitinhonha	59,0	41,0	66,5	33,5
Metropolitana	35,6	64,4	56,8	43,2
Noroeste	51,7	48,3	53,5	46,5
Norte	61,8	38,2	52,8	47,2
Oeste	51,9	48,1	53,7	46,3
Sul/Sudoeste	53,8	46,2	64,3	35,7
Triângulo/Alto Paranaíba	55,6	44,4	57,6	42,4
Mucuri	41,2	58,8	46,2	53,8
Rio Doce	50,5	49,5	53,5	46,5
Zona da Mata	51,0	49,0	42,7	57,3
Minas Gerais	52,0	48,0	55,0	45,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

O acesso à educação é uma importante informação em relação às pessoas que acessam os programas de transferência direta de renda. A TAB.12 retrata os anos de estudo dos chefes dos domicílio que recebem o PBF, por mesorregião.

Há uma concentração nas duas primeiras colunas da tabela: na maioria das mesorregiões, mais de 70% do total de chefes com até sete anos de estudo, o que significa que nem o ensino fundamental foi completado por essas pessoas.

As mesorregiões com os piores resultados em relação ao intervalo de zero a três anos de estudo são: Jequitinhonha 49%, Norte 46% e Zona da Mata 42%. Os melhores resultados para o intervalo de oito a onze anos de estudo são para as mesorregiões Metropolitana 28%, Triangulo/Alto Paranaíba 27% e Mucuri 25%.



**Tabela 12:** Porcentagem de chefes de domicílio por anos de estudo, com e sem PBF, para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011

Mesorregiões	Chefes de domicílios anos de estudo %				Chefes de domicílios anos de estudo %				
	Com PBF				Sem PBF				
	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 a 15 anos	0 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 a 15 anos	Mais de 15 anos
Campo das Vertentes	22,1	54,5	20,7	0,4	18	39,1	39,5	3,4	0
Central	41	40,4	16,1	2,5	27,2	25,4	42,9	3,2	1,3
Jequitinhonha	48,8	37,9	13,3	0	28,6	40,2	30,7	0,6	0
Metropolitana	39,2	31,9	28,4	0	17,5	23,4	44	13	2,1
Noroeste	35,5	46,6	15,4	2,5	35,7	35,3	22	7,1	0
Norte	46	34,6	18,6	0,2	28,6	29,9	32,7	8,8	0
Oeste	12,5	50,9	21,7	14,9	22,4	40,6	30,5	3,5	3
Sul/Sudoeste	24,8	55,3	19,9	0	31,4	37,7	22,2	5	3,8
Triângulo/Alto Paranaíba	32,6	40,1	27,4	0	21,2	22,6	45,3	10,7	0,1
Mucuri	35,6	39,6	24,8	0	33	43,2	21,7	1,3	0,7
Rio Doce	32,9	43,9	23,2	0	36,4	35,7	20,5	7,4	0
Zona da Mata	41,9	46,5	10,5	0	22,8	39,5	27,4	6	4,3
Minas Gerais	38,8	41,3	19,4	0,4	23,9	30	35,6	8,9	1,6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

A TAB. 12 mostra os dados para educação referente aos chefes de domicílio que não possuem PBF. Em termos de estrutura geral se percebe que a concentração da maior parte dos chefes de domicílios encontra-se nos intervalos de quatro a sete anos e oito a onze anos. Comparando com os resultados da tabela anterior tem – se como resultado o nível de escolarização no geral é mais alto para os que não possuem o PBF.

As mesorregiões que possuem maior percentual de chefes de domicílio no intervalo de zero a três anos de estudo são Rio Doce 36%, Noroeste 36% e mucuri 33%. Os melhores resultados no intervalo de oito a onze anos são para Triângulo/ Alto Paranaíba 45%, Metropolitana 44% e Central 43%.

O acesso a serviços básicos traz informações em relação à condição de vida e também ao bem estar das pessoas. Neste sentido analisar as três variáveis em relação a estes chefes de domicílios (pobres), que já foram analisadas anteriormente, para a totalidade dos municípios de Minas Gerais: acesso à água, energia e coleta de lixo.

A TAB. 13 trata do acesso à água para os domicílios atendidos e não atendidos PBF. Neste caso, fica visível que os domicílios com o PBF possuem maior acesso à água canalizada. Sendo que, mesorregiões como Oeste e Sul/ Sudoeste que tem 100% dos seus domicílios atendidos. Para os domicílios sem PBF, as mesorregiões que apresentam melhores resultados são Sul/Sudoeste 98,9%, Triângulo/ Alto Paranaíba 98,8% e Metropolitana 98,4%.

**Tabela 13:** Porcentagem de domicílios com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo, que possuem água canalizada em pelo menos um cômodo, energia elétrica e coleta de lixo diária pelo serviço de limpeza, com e sem PBF, para o ano de 2011 em Minas Gerais.

Mesorregiões	Acesso a serviços básicos					
	Com PBF			Sem PBF		
	Possui água canalizada no mínimo em um cômodo %	Possui energia elétrica %	% lixo coletado diretamente por serviço de limpeza	Possui água canalizada no mínimo em um cômodo %	Possui energia elétrica %	% lixo coletado diretamente por serviço de limpeza
Campo das Vertentes	97,8	100	72,3	89,4	99,2	80,6
Central	97,7	100	76,8	92,4	99	72,9
Jequitinhonha	86,9	100	53,7	97,9	100	67,4
Metropolitana	94,5	100	80,9	98,4	100	94
Noroeste	90,1	93,7	70,3	93,5	94	78,7
Norte	89,8	98,2	48,9	91,6	99,4	60,6
Oeste	100	100	96	96,7	100	92,8
Sul/Sudoeste	100	100	72,3	98,9	98,1	73,1
Triângulo/Alto Paranaíba	98,9	100	83,6	98,8	99,7	90,2
Mucuri	90,1	99,3	56,6	94,1	99,2	65,1
Rio Doce	97,5	100	60,4	96,6	99,1	70,6
Zona da Mata	95,4	97	66	98	99	85,7

Minas Gerais	93,8	98,9	64,8	97,1	99,4	83,4
--------------	------	------	------	------	------	------

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Em relação à forma de iluminação, percebe-se que tanto para os que recebem como para os que não recebem PBF a grande maioria dos domicílios é atendida com energia elétrica, se não com 100%, com um número bem próximo disso. A mesorregião que apresenta menor porcentagem de domicílios com energia elétrica é a Noroeste (cerca de 94%, para domicílios com e sem PBF).

Para a destinação do lixo, a região que tem maior parte do seu lixo recolhido diariamente pelo serviço de limpeza é a Oeste 96%, o que contrasta bastante com a de menor resultado que é o Norte com apenas 48,9% do seu lixo sendo coletado diariamente.

Para os chefes de domicílios pobres, que não recebem o PBF. A região com melhor resultado em relação à coleta diária do lixo é a Metropolitana 94%, e o pior resultado para a mesorregião Norte com apenas 60,4% dos seus domicílios tendo o lixo coletado diariamente.

Contrapondo as informações das TAB.13 tem se que os resultados para as famílias que não possuem PBF são melhores do que para as que são contempladas pelo benefício.

**Tabela 14:** Porcentagem de domicílios que possuem televisão em cores, geladeira e computador que recebem ou não PBF para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Acesso a bens de consumo %					
	Com PBF			Sem PBF		
	TV em cores	Geladeira	Computador	TV em cores	Geladeira	Computador
Campo das Vertentes	99	83,9	28,6	95,9	91,5	37,3
Central	96,6	89,4	5	91,7	85,2	24,6
Jequitinhonha	92,6	82,9	3	97	84,2	15,7
Metropolitana	98,2	79,6	16,8	96,4	68,6	42,8
Noroeste	86,1	79,2	13,2	86,6	78,3	13,3
Norte	90,7	90,2	4,3	82,7	76,4	13,9
Oeste	95,7	100	12,1	97,7	86,7	29
Sul/Sudoeste	93,1	85,8	25,7	95,6	78,2	31,9
Triângulo/Alto Paranaíba	98,9	94,5	7,1	95,1	73,7	39,6
Mucuri	97,9	87,4	2,7	96,6	75,5	16,4
Rio Doce	95,5	87,5	6,6	97,7	80,2	27,7
Zona da Mata	94,7	81,2	4,9	98	79,8	26,6
Minas Gerais	94,3	85,7	9,1	95	75,4	32,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Pelos dados da TAB. 14 é possível identificar que existe um equilíbrio em relação ao consumo de bens duráveis. E a diferença existente, que é pequena, indica que os domicílios que não possuem o PBF tem maior porcentagem de consumo de bens duráveis.

As diferenças entre as mesorregiões não seguem a mesma tendência que os dados seguiram até agora que foi de resultados inferiores para as regiões menos desenvolvidas e superiores para as mais desenvolvidas. Com essas informações a diferenciação pelo consumo tanto regional com entre as famílias atendidas e não atendidas pelo PBF não se torna possível. O que mostra que o consumo hoje em dia está mais homogêneo não mais servindo como parâmetro de diferenciação.

### **3.4.1- Formação da renda para os domicílios com renda domiciliar *per capita* e até ¼ de salário mínimo**

As origens da renda de um domicílio provém de variadas fontes. No entanto, a participação da renda do trabalho na formação da renda total do domicílio, na maioria dos casos, representa a maior porcentagem, sendo a principal fonte de renda. Mas, outras fontes de renda passam a ganhar destaque na composição da renda domiciliar, principalmente das famílias pobres, principalmente as transferências diretas de renda do governo. Para este trabalho, foram considerados os resultados do PBF por se tratar do programa de maior alcance a nível domiciliar,

Com esse recorte que considera as famílias com renda per capita de até ¼ de salário mínimo com a TAB. 15 é possível perceber qual a porcentagem de famílias que tem 100% de sua renda provinda do PBF e também as que sua renda tem total origem o trabalho.

Como resultado pode perceber que as mesorregiões que possuem a maior proporção de domicílios com a renda proveniente apenas do trabalho são Campo das Vertentes 30,4%, Oeste 28,9% e Mucuri 25,1%. Em relação ao PBF, as seguintes mesorregiões apresentam maior porcentagem de domicílios cuja renda é toda proveniente do Programa: Jequitinhonha 21,5%, Norte 17% e Rio Doce 16,1%. As mesorregiões que possuem a menor porcentagem de domicílios que dependem apenas do PBF para compor sua renda são Triângulo/Alto Paranaíba com 6,1%, Metropolitana e Oeste com 6,5%.

**Tabela 15:** Domicílios com renda *per capita* de até ¼ de salário mínimo de acordo com a origem da sua renda total para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011

Mesorregiões	Domicílios com renda 100% originada	
	Trabalho	Bolsa Família
Campo das Vertentes	<b>30,4</b>	12,4
Central	21,2	11,7
Jequitinhonha	11,6	<b>21,5</b>
Metropolitana	15,8	6,5
Noroeste	16,7	10,0
Norte	19,1	<b>17,0</b>
Oeste	<b>28,9</b>	6,5
Sul/Sudoeste	21,4	9,4
Triângulo/Alto Paranaíba	15,5	6,1
Mucuri	<b>25,1</b>	11,1
Rio Doce	15,8	<b>16,1</b>
Zona da Mata	13,7	15,7
Minas Gerais	17,4	11,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Com os resultados da TAB. 15 fica evidente que mesmo com as diferenças entre as mesorregiões a dependência do PBF com única fonte de renda é pequena sendo que famílias que dependem exclusivamente do trabalho é bem maior. E com esses resultados que são dos dois extremos, pode-se afirmar que o PBF entra na maioria dos domicílios como complemento de renda.

A TAB. 16 mostra a participação da renda do trabalho na renda total do domicílio. Foram criados os seguintes intervalos, para análise: domicílios com até 25% da sua renda proveniente do trabalho; domicílios com 26% a 50% da sua renda proveniente do trabalho; domicílios com 51% a 75% da sua renda proveniente do trabalho e por fim, domicílios com 76% a 100% da sua renda proveniente do trabalho.

No primeiro intervalo de dado, os domicílios que tem até 25% da sua renda provinda do trabalho, as mesorregiões que possuem a maior proporção de domicílios nesta condição são Rio Doce 29%, Jequitinhonha 25,2% e Zona da Mata (24,3%).

Para o segundo intervalo não tem uma grande porcentagem de domicílios. Destaca-se o último intervalo, em que 76% a 100% da renda é originária do trabalho. Neste intervalo, se concentra a maior parte dos domicílios em todas as mesorregiões; que em sua maioria tem proporções acima de 50%, o que comprova que mesmo para os domicílios pobres a principal fonte de renda provém do trabalho.

**Tabela 16:** Participação da renda do trabalho na renda total dos domicílios com renda *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Participação da Renda do Trabalho na renda total do domicílio			
	0 a 25%	26% a 50%	51% a 75%	76% a 100%
Campo das Vertentes	16,8	1,5	9,9	71,8
Central	17,9	1,8	13,6	66,8
Jequitinhonha	25,2	6,7	23,4	44,8
Metropolitana	18,2	3,1	16,1	62,6
Noroeste	17,2	8,0	20,5	54,4
Norte	21,9	2,3	23,2	52,6
Oeste	12,9	4,2	10,0	72,8
Sul/Sudoeste	16,4	2,3	14,1	67,2
Triângulo/Alto Paranaíba	20,9	1,1	8,8	69,2
Mucuri	15,3	2,1	20,8	61,8
Rio Doce	29,0	2,2	13,2	55,6
Zona da Mata	24,3	4,4	19,5	51,8
Minas Gerais	19,7	3,3	16,1	61,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG

Quando se fala em programas de transferências direta de renda a principal referência é o PBF. No intuito de perceber sua participação na renda total dos domicílios a TAB. 17 cumpre essa função. O primeiro intervalo de dados apresenta a proporção de domicílios que tem de 0 a 25% da sua renda provinda do PBF, sendo que as mesorregiões que possuem domicílios com menor dependência de transferências do

governo são a Oeste (79,4%), Campo das Vertentes (76%) e Triângulo/alto Paranaíba (72%).

No intervalo de 26% a 50%, ou seja, domicílios que tem entre 26% a 50% da sua renda proveniente do PBF têm as mesorregiões Jequitinhonha com 24,6% dos seus domicílios, o Norte com 21,2% e o Noroeste, com 18,2%. Para o intervalo de 51% a 75% a porcentagem de domicílios é menor para as mesorregiões. No último intervalo a porcentagem de domicílios que tem maior participação do PBF na formação da sua renda total é; Rio Doce 27,2%, Jequitinhonha e Zona da Mata, ambas com 24,3%. Ou seja, estas três mesorregiões se destacam por terem as maiores proporções de domicílios com maior dependência do PBF.

**Tabela 17:** Porcentagem de domicílios com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, segundo a participação da renda do PBF na renda total para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Participação do PBF na renda total do domicílio			
	0 a 25%	26% a 50%	51% a 75%	76% a 100%
Campo das Vertentes	76,0	6,3	0,9	16,8
Central	71,9	8,9	1,8	17,5
Jequitinhonha	46,5	24,6	4,6	24,3
Metropolitana	68,4	14,2	1,0	16,4
Noroeste	59,2	18,2	7,9	14,7
Norte	56,6	21,2	1,7	21,3
Oeste	79,4	7,3	2,5	10,8
Sul/Sudoeste	69,3	13,7	0,6	16,4
Triângulo/Alto Paranaíba	72,0	7,9	1,1	19,1
Mucuri	65,5	17,9	1,3	15,3
Rio Doce	62,8	7,2	2,9	27,2
Zona da Mata	55,2	17,6	2,9	24,3
Minas Gerais	65,2	13,8	2,4	18,7

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011.

Com os resultados das TAB. 15 e 16 se torna mais claro que a renda dos domicílios conta com várias fontes que o trabalho vem como a principal, mas que outras



rendas também são integradas e em alguns casos representa um parcela significativa da renda total.

Em geral, mesorregiões que possuem maior porcentagem de domicílios com maior parte de sua renda provinda do trabalho, possuem um mercado de trabalho mais desenvolvido; e boa parte dos indivíduos destas mesorregiões se encontra inseridos neste mercado. Por meio dos dados apresentados, fica evidente que as mesorregiões que possuem maior porcentagem de domicílios com dependência de recursos provindos de transferências do governo são as que apresentam menor desempenho em relação aos dados de produção econômica e educação anteriormente apresentados.

Com objetivo de entender melhor como se dá a formação da renda domiciliar nos domicílios pobres a TAB. 18 mostra a decomposição da renda de acordo com as suas fontes.

**Tabela 18:** Valor médio da fração da renda total do domicílio, em porcentagem, de acordo com a sua fonte para as mesorregiões de Minas Gerais em 2011.

Mesorregiões	Porcentagem da renda total do domicílio em relação a				
	Renda do Trabalho	Renda do PBF	Renda do BPC e outros	Renda de Igrejas e ONGs	Outros
Campo das Vertentes	94	4	0	0	2
Central	93	5	1	0	0
Jequitinhonha	83	14	2	0	1
Metropolitana	96	3	1	0	0
Noroeste	92	7	1	0	0
Norte	86	11	0	0	2
Oeste	94	2	1	0	2
Sul/Sudoeste	96	3	1	0	0
Triângulo/Alto Paranaíba	97	3	0	0	0
Mucuri	90	8	1	0	1
Rio Doce	91	6	2	0	1
Zona da Mata	92	7	0	0	1
Minas Gerais	92	6	1	0	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PAD-MG 2011.

As mesorregiões que possuem maior parte de sua renda provinda do trabalho em relação às demais são; Triângulo/Alto Paranaíba 97%, e Metropolitana e Sul/Sudoeste com 96%. As mesorregiões que apresentam menor fração de sua renda provinda do trabalho são também as que possuem maior fração provinda do PBF, sendo Jequitinhonha com 14%, Norte com 11% e Mucuri com 8%.

As outras fontes de renda consideradas correspondem a uma pequena parcela da renda dos domicílios. Mas, para a TAB. 18 vale destacar a importância do PBF na composição da renda domiciliar nas mesorregiões mais pobres do estado. Mesmo que o trabalho seja a principal fonte de renda dos domicílios, os programas de transferência direta de renda são de fundamental importância. O que se comprova pelo percentual de participação na renda total mostrado na TAB. 18 e também pela porcentagem de domicílios que tem neste programa sua única fonte de renda que é o que mostra a TAB. 15.

Os dados da TAB. 18 comprovam que a renda dos domicílios pobres tem como sua principal origem o mercado de trabalho, sendo que a renda de outras fontes tem pouca representação na formação da renda total.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução das políticas públicas principalmente o de caráter social ao longo da história se deu em um processo complexo e que se desenvolveu de forma gradual. Os primeiros movimentos para a criação de políticas públicas de caráter social surgem na Europa, tendo com contexto histórico, o fim da Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento das atividades industriais, a cobrança por parte da população de responsabilidade do governo em relação às condições de vida das pessoas.

Já no Brasil a introdução de políticas sociais de transferência direta de renda destinada as famílias em condição de pobreza tem origem no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Sendo essas políticas requisitos importantes para uma melhor imagem do Brasil no cenário internacional, pois um país com grande parcela da população em estado de pobreza não era bem visto internacionalmente.

Ao tratar das mesorregiões de Minas Gerais, que é objeto de estudo deste trabalho, por meio de uma sequência de análises em relação a aspectos estruturais bem como em relação à produção, os resultados mostram em termos gerais, que na maioria dos casos os desempenhos inferiores são das mesorregiões do Jequitinhonha, Norte e Mucuri. As de melhor desempenho são a Metropolitana, Triângulo/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste.

A dependência das mesorregiões em relação às transferências direta de renda foi percebida por meio da TAB. 7, que mostra as que possuem maior quantidade de domicílios beneficiários do PBF; o Jequitinhonha, com cerca de 40% dos seus domicílios, Norte de Minas e Vale do Mucuri. Com essa tabela o objetivo geral do trabalho, mostrar quais as mesorregiões que apresentam maior dependência dos recursos provindos de transferências diretas, foi cumprido.

Um importante aspecto analisado em relação às mesorregiões é a educação. Um dos indicadores analisados nesse estudo foi à taxa de alfabetização. As mesorregiões que apresentaram os piores resultados para o indicador foram Jequitinhonha, Norte e Mucuri. O baixo resultado nos aspectos socioeconômicos verificados nestas mesorregiões é refletido na educação.

Além da educação, as análises em relação ao mercado de trabalho apresenta o desempenho das mesorregiões em relação ao mercado laboral se dá de

forma mais diversificada, no entanto, nas mesorregiões mais pobres o mercado de trabalho é menos desenvolvido.

A partir da TAB.8 foram calculados os coeficientes de correlação. O primeiro resultado entre a % de chefes de domicílio que tem PBF e a média de anos de estudo, apontou uma forte correlação negativa entre as variáveis, com o índice de -0,89 mostrando que quanto menor a média de anos de estudo maior a porcentagem de chefes com PBF, indicando maior dependência.

Esse resultado indica que investimento em educação é importante, pois tem grande influência na determinação da renda domiciliar. Já que como mostra a correlação quanto maior a média de anos de estudo menor o número de chefes que possuem o PBF.

A segunda correlação diz respeito à relação entre a taxa de desemprego dos chefes de família e a porcentagem de chefes com PBF. O resultado indica uma fraca correlação 0,19 indicando que a taxa de desemprego entre os chefes não tem grande influência em relação à porcentagem de chefes com PBF. Já que o aumento do desemprego não influencia de modo significativo no aumento da porcentagem de chefes com PBF.

Com o objetivo de tratar de modo mais específico os chefes de domicílios que poderiam ter acesso ao PBF de acordo com sua renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Obtém-se como resultado que as mesorregiões com maior porcentagem de chefes atendidos pelo PBF são Jequitinhonha (76,5%), Norte (67,4%) e Zona da Mata (55,7%). As mesorregiões que possuem maior porcentagem de domicílios sem o PBF são; Triângulo/Alto Paranaíba (80,1%), Metropolitana (75,1%) e Oeste (67,1%).

Com isso as mesorregiões consideradas menos desenvolvidas têm dentre os seus domicílios com renda per capita de  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, maior porcentagem de domicílios com PBF. O que mostra que o PBF está atendendo de modo mais efetivo nas mesorregiões que tem maior necessidade.

Outra análise importante do trabalho é a acesso a bens de consumo, que traz um resultado diferenciado ao perceber que para os itens analisados (TV em cores, geladeira e computador) não há diferenciação entre os domicílios com e sem o PBF, considerando o recorte de renda de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

Em relação à formação da renda destes domicílios, as mesorregiões que possuem maior porcentagem de domicílios que tem como única fonte de renda o PBF foram Jequitinhonha, Norte e Rio doce.

No intuito de perceber as principais origens da renda destes domicílios, foram feitas as TAB. 16 e 17, que mostram a porcentagem da renda dos domicílios originada do trabalho e do PBF. Seus resultados mostraram que a renda provinda do trabalho no intervalo de 76% a 100% representa a maioria das mesorregiões em porcentagem de domicílios nessa faixa. Já para o PBF os domicílios que possuem até 25% de sua renda são maioria, destacando as mesorregiões Jequitinhonha, Rio Doce e Zona da Mata com grande porcentagem de domicílios nesse intervalo.

Com o resultado dessas duas tabelas juntamente com a TAB.15, este trabalho mostra um importante fato que serve para desmitificar a ideia de que quem possui o PBF não se encontra no mercado de trabalho. Os resultados apontam que a renda do PBF serve na grande maioria dos casos como um complemento da renda total do domicílio sendo que a maior parte dessa renda tem como origem o mercado de trabalho.

Esse resultado se torna ainda mais evidente com a tabela om a TAB. 18, na qual, foi possível perceber a composição da renda dos domicílios e por meio dela foi comprovado que a principal fonte de renda das famílias é o trabalho seguido do PBF e que as outras fontes para essa faixa de renda de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo são pouco representativas.

Por meio das análises realizadas neste trabalho foi possível perceber que as mesorregiões que mais dependem dos programas de transferências direta de renda são também as de menor produção, tem menor acesso ao mercado de trabalho e a educação também apresenta menores resultados. Neste sentido cabe aos governantes investirem não só em políticas de transferência de renda, mas também em políticas educacionais e de geração de emprego para que haja maior desenvolvimento dessas regiões de modo sustentado mudando assim a realidade social. Estas políticas devem ser desenvolvidas de modo regional e individualizadas para considerar as diferenças e potencialidades de cada mesorregião.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, P. V. M. Desenvolvimento Desigual em Minas Gerais. *Cadernos do BDMG*, no. 14, 2007.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas. *Boletim Informativo Bibliográfico*, Rio de Janeiro, nº 39, 1º semestre, 1995.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios Santos Junior, Orlando Alves dos. [et al.]. (organizadores). *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BACHA, Carlos J. C. *Macroeconomia Aplicada a análise da economia brasileira*. São Paulo: Editora da USP, 2004 a. 264 p.

BACHA, Carlos J. C. Definição e Importância da Agropecuária e do Agronegócio na Economia Brasileira. ESALQ-USP 2011. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/690.pdf>, Acesso em março de 2013.

BARROS, Ricardo P.; Carvalho, MIRELA e FRANCO, Samuel. O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. In. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente* /organizadores: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseu. – Brasília: IPEA, 2007. 2 v. 552 p.

BELTRÃO, K. I; S, SONE; RABELO, Flávio. Uma Análise da Composição da Renda da População Urbana Segundo Diferentes Fontes Com Ênfase na Renda Previdenciária no Período de 1992 – 2002. . *Texto Para Discussão (IPEA)*, Rio De Janeiro, V. 1078, N. 1078, 2005. P. 1-48.

*Boletim PAD-MG*, ano 1, n. 3, jun. 2012 – Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2012.168 pgs.

BORGES, Bruna K.; CAUMO Rafael B.; PICHLER, Walter A. Tempo de permanência no emprego: tendências na RMPA no período 1993-2010. Revista Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 7-18, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: Paradoxos na Construção das Políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil. Brasília: Letras Livres, UNB, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. CFESS, Revista Inscrita, 2009.

BOTELHO, Marisa R.A. (Coord.); Caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de apoio a APLS implementadas no estado de Minas Gerais. Relatório de pesquisa 3. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Caracterizacao\\_MG.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/Caracterizacao_MG.pdf)> Acesso entre 15/05 2013 e 03/06/2013. Espírito Santo, 2010. 273 p.

CACCIAMALI, Maria Cristina; CAMILLO, Vladimir Sipriano. Redução da desigualdade da distribuição de renda entre 2001 e 2004 nas macro-regiões brasileiras. Anais do XII Encontro da Sociedade de Economia Política, São Paulo: USP, 2007. 18p.

CARDOSO, José C.; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: Organização, Abrangência e Tensões da Ação Estatal. In *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo*. JACCOUD (org.) [et al]. Brasília: IPEA, 2005, 435p.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de . *Bretton Woods* aos 60 anos. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. 70, p. 51-63, 2004.

CASTRO, J. RIBEIRO, J. DUARTE, B. Gasto Social e Política Econômica: trajetória e tensões no período 1995-2005.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo soc.* [online]. 2003, vol.15, n.2, pp. 63-101.

FIORI, José L. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. *PHYSIS: Revista Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? Lua Nova. São Paulo. Ed. 70. 2007. P. 101-138.

GIAMBIAGI, Fábio. [et.al.]. Economia Brasileira e Contemporânea. 4º edição RJ: Elsevier. 2005. 425 p.

LAVINAS, Lena. Transferências de Renda: o “quase tudo” do sistema de proteção social Brasileiro. Biblioteca do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: < <http://biblioteca.planejamento.gov.br/produtos/publicacoes-mp>> Acesso entre 12/10/2009 05/11/2009. 2007. 20p.

HOFLING, Eloisa de M. Estado e Políticas (Publicas) Sociais. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 30-41 pg. São Paulo. 2001.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda e crescimento econômico. Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003. 293 pgs.

KEHRIG, Ruth T. Administração pública gerencial: livro – Palhoça: UnisulVirtual, 2005. 239 p.

MEDEIROS, M. (2001). A trajetória do Welfare State no Brasil. Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília, IPEA. TD. 852

OLIVEIRA, Fabrício A. Evolução, Determinantes e Dinâmicas do Gasto Social do Brasil: 1980/1996. Brasília: IPEA, 1999. 86 p.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2011, vol.45, n.5, pp. 1517-1538. ISSN 0034-7612.



POCHMANN, M. Evidências recentes na relação entre gasto social e desigualdade de renda no Brasil. Campinas 2005. P. 8

RAVAGNANI, Herbert B. Luta por reconhecimento: a filosofia social do jovem Hegel segundo Honneth. Kínesis, UNESP – São Paulo. Vol. I, nº 01, P. 39-57. 2009.

SEN, Amartya. Desigualdade Reexaminada. Apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2008. Pgs.

SILVA, Frederico B.; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias. In Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo. JACCOUD (org.) [et al]. Brasília: IPEA, 2005, 435p.

SOARES, Sergei S. D. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004, com Ênfase no Período entre 2001 e 2004. Texto para discussão nº 1166. Brasília: IPEA. 2006. 31 p

TAVARES, Priscilla A.; PAZELLO, Elaine T. Uma avaliação do Programa Bolsa Escola Federal: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. XV Encontro Nacional de Estudos populacionais. Caxambu – MG: 2006. 21p.

TEIXEIRA, Elenaldo C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. O papel das políticas públicas, 2002. Associação de Advogados Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia. Disponível em: < [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf) > Acesso em junho de 2012.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. As experiências internacionais de renda mínima no combate à pobreza. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. VII, p. 1-5, 2008.